

**A ARTICULAÇÃO HIPOTÁTICA EM CONSTRUÇÕES PROVERBIAIS
JUSTAPOSTAS**

MARIA DE LOURDES VAZ SPPEZAPRIA DIAS

**Rio de Janeiro
Julho de 2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

A ARTICULAÇÃO HIPOTÁTICA EM CONSTRUÇÕES PROVERBIAIS
JUSTAPOSTAS

MARIA DE LOURDES VAZ SPPEZAPRIA DIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Orientadora: Prof^a. Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Rio de Janeiro
Julho de 2009

A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas
Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias
Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Aprovada por:

Presidente, Prof^a. Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Prof^a. Doutora Mariangela Rios de Oliveira – UFF

Prof^a. Doutora Nilza Barrozo Dias – UFF

Prof^a. Doutora Mônica Maria Rio Nobre – PPG Letras Vernáculas – UFRJ, Suplente

Prof^a. Doutora Myrian Azevedo de Freitas – PPG Linguística e Filologia – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro
Julho de 2009

“Aceitai o meu ensino, e não a prata; e o conhecimento, antes do que o ouro escolhido. Porque melhor é a sabedoria do que jóias, e de tudo o que se deseja nada se pode Comparar com ela.”

(Provérbios 8:10-11)

“Un proverbio es una corta sentencia basada en una larga experiencia.”

(Miguel de Cervantes)

AGRADEÇO,

Ao Mestre dos Mestres, Jesus Cristo, por seus ensinamentos, que têm sido lâmpada para os meus pés e luz para o meu caminho.

Aos meus pais, que foram os instrumentos para que eu recebesse o dom precioso da vida.

A mim mesma, por conhecer e superar com esforço e dedicação todas as barreiras que me impediam de chegar até aqui.

Ao meu marido e filho, por serem especialmente compreensivos comigo e pelo amor que me dispensam sempre.

A todos os meus irmãos e sobrinhos, pelo carinho e por serem exatamente como são.

Ao amado Rodrigo Otávio (*in memorium*), meu primeiro exercício da maternidade.

A todos os que passaram nesta minha caminhada acadêmica, e aos que ainda estão nela, pelas contribuições prestimosas e palavras de encorajamento.

A todos os meus queridos professores da pós-graduação desta instituição, por sua dedicação, carinho e profissionalismo.

E, especialmente, a minha orientadora, Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues, pela amizade, dedicação e paciência ao me ensinar e auxiliar no decorrer desta pesquisa.

Recebam todos a minha mais profunda gratidão!

SINOPSE:

Análise do tipo de articulação de cláusulas em construções proverbiais justapostas empregadas em textos de diversos gêneros em circulação na Internet. Verificação da relação adverbial implícita que emerge entre as partes dessas construções proverbiais sob o arcabouço teórico Funcionalista. Rompimento da visão dicotômica de coordenação e subordinação. Revisão da literatura acerca do processo de justaposição e apresentação de novas propostas tanto para a articulação de cláusulas como para a justaposição destas.

A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas

Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias

Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é apresentar, no âmbito da investigação dos tipos de combinação de cláusulas, uma perspectiva de análise de construções proverbiais justapostas em que se contemple a relação adverbial implícita que emerge em estruturas do tipo “*Casa de ferreiro, espeto de pau*” e “*De graça até injeção na testa*”. Por meio das paráfrases “*Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau*” e “*Se for de graça, aceito até injeção na testa*”, é possível observar as relações de concessão e de condicionalidade implícitas nas construções apresentadas. Entende-se, assim, que entre as partes de construções proverbiais justapostas, como as citadas anteriormente, ocorre a articulação hipotática, ou seja, uma relação circunstancial entre as unidades constituintes de tais construções, em oposição ao já estabelecido, pois, enquanto a subordinação pressupõe total dependência de uma cláusula em relação à outra, na articulação hipotática há, na verdade, uma interdependência entre as cláusulas. Para tal, tomou-se como embasamento teórico o trabalho de Hopper & Traugott (1993), que rompem, assim como outros estudos de base funcionalista, como os de Mathiessen & Thompson (1998); C. Lehmann (1988, 1989) e Langacker (1991), com a visão dicotômica de coordenação e subordinação.

A articulação hipotática em construções proverbiais justapostas

Maria de Lourdes Vaz Spezapria Dias

Orientadora: Professora Doutora Violeta Virginia Rodrigues

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

ABSTRACT

This research main goal is to show a perspective of analyzing juxtaposed proverbial constructions, within the field of investigation about the kinds of clause combining, to making clear the implicit adverbial relation that emerges from structures such as “*Casa de ferreiro, espeto de pau*” and “*De graça até injeção na testa*”. Through their paraphrases: “*Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau*” and “*Se for de graça, aceito até injeção na testa*”, it is possible to observe the implicit concessive and conditional relation in such constructions. Like this, the occurrence of a hypotactic clause combining between their parts is clarified, it is, the circumstantial relation of the constituent units of such constructions, opposing to what has already been traditionally set, is highlighted. While in subordination it is expected to have total syntactic dependency, in the presented proverbial constructions indeed occurs interdependency between their constituent parts. This paper is base on the studies of Hopper & Traugott (1993) that point to others functionalist-based studies, such as Mathiessen & Thompson (1998); C. Lehmann (1998, 1989) and Langacker (1991), which deconstruct the dichotomic coordination and subordination vision.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. APRESENTAÇÃO DO TEMA	12
1.1. O objeto da pesquisa	13
1.2. Pressupostos teóricos	14
1.3. O <i>corpus</i> e a metodologia	16
2. REVISITANDO CONCEITOS: REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1. Os processos de subordinação e coordenação de orações	21
2.2. A justaposição de orações	23
3. HIPOTAXE: UMA PROPOSTA FUNCIONALISTA PARA A ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS ADVERBIAIS	28
3.1. A articulação hipotática	33
3.2. A articulação de cláusulas adverbiais e sua ordem no discurso	35
3.3. A articulação hipotática: o uso de construções proverbiais no texto escrito	39
4. NOVAS PROPOSTAS PARA A JUSTAPOSIÇÃO DE CLÁUSULAS	45
4.1. A importância do processo inferencial na articulação hipotática justaposta	45
4.2. Relação de sentido entre cláusulas sem conectivos: a importância do contexto	47
4.3. A articulação hipotática por justaposição	48

5. RELAÇÕES HIPOTÁTICAS COM OU SEM CONECTIVOS	52
5.1. Os elementos conjuntivos nas relações hipotáticas	55
5.2. Relações hipotáticas implícitas	56
6. AS CONSTRUÇÕES PROVERBIAIS: GÊNERO E TRADIÇÃO DISCURSIVA	59
6.1. Unidade informacional e fórmulas fixas	60
6.2. Provérbios: historicidade e tradição discursiva	63
6.3. Provérbios: gênero textual e domínio discursivo	68
7. PRODUZINDO SIGNIFICADO	71
7.1. Novos usos das estruturas proverbiais: re-escritura e força argumentativa	72
7.2. Metodologia e estudo de casos	74
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
9. REFERÊNCIAS	110
10. ANEXOS	115
Anexo 1: Significado dos provérbios	116
Anexo 2: Pesquisa com jovens sobre o uso de provérbios	119

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: Processo comunicativo de escolha do enunciado	68
Quadro 1: A justaposição na visão tradicional	26
Quadro 2: Base teórica funcionalista para a articulação de cláusulas	32
Quadro 3: Graus de dependência, integração e tipo de ligação entre cláusulas	35
Quadro 4: A posição da cláusula adverbial	37
Quadro 5: Posição preferencial geral das cláusulas adverbiais	38
Quadro 6: O carácter adverbial implícito em construções proverbiais justapostas	49
Quadro 7: Elementos conectivos derivados de advérbios	54

INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

Ao se observarem provérbios como “Farinha pouca, meu pirão primeiro” e “Vão-se os anéis, ficam-se os dedos”, percebeu-se que deles emergem relações adverbiais implícitas. No primeiro, depreende-se entre suas unidades “farinha pouca” e “meu pirão primeiro” a relação de condicionalidade – Se a farinha é pouca, faço meu pirão primeiro; enquanto que, no segundo, prevalece a de temporalidade – Quando se vão os anéis, ficam-se os dedos.

Aprofundando um pouco mais a análise das construções antes citadas, percebeu-se a possibilidade de mais de uma inferência circunstancial entre as suas partes, a saber: de temporalidade na primeira - Quando a farinha é pouca, faço meu pirão primeiro; e de concessão na segunda - Embora os anéis se vão, ficam-se os dedos.

Dessa forma, observou-se que somente com o apoio do contexto de uso será possível determinar qual é a relação adverbial predominante entre as partes da construção. Também chamou atenção o fato de as construções se constituírem de duas partes, o que as aproxima. No entanto se diferenciam pela presença de orações nas duas partes de “Vão-se os anéis, ficam-se os dedos”, e de dois sintagmas nominais em “Farinha pouca, meu pirão primeiro”.

Logo, visto o comportamento dessas construções, pretende-se, com o presente estudo, comprovar a hipótese de que embora se possam estabelecer relações implícitas sem o contexto de uso, será ele o responsável, muitas vezes, por determinar a inferência predominante que emerge da relação entre as partes constituintes dos provérbios.

Além disso, objetiva-se, ainda, ratificar a ideia de que o estabelecimento da

proposição relacional independe do uso do conectivo, por isso, a escolha de construções proverbiais justapostas como objeto de análise deste trabalho de pesquisa.

1.1. O objeto da pesquisa

O interesse pelo tipo de combinação entre as partes constituintes de construções proverbiais justapostas advém do trabalho de Decat (2001:105), em que a autora ressalta a relação adverbial que emerge em construções do tipo “Casa de ferreiro, espeto de pau” e “De graça até injeção na língua”, aspecto não contemplado nas gramáticas tradicionais, que apresentam apenas os casos em que as estruturas constituam cláusulas¹ plenas, isto é, em que apresentem verbo.

A subordinação adverbial² é o processo já estabelecido em que se inserem as orações que apresentam relações circunstanciais entre si. Contudo, no que se refere ao conceito de dependência dessas orações a um núcleo, nem sempre fica claro o que se está considerando: se dependência de forma, se dependência de sentido, se dependência pragmática, além de serem desprezadas as conexões implícitas existentes entre as partes da construção (cf. Decat 1999:24).

A possibilidade da parte de uma construção poder existir sozinha, ou seja, sem estar atrelada a um núcleo, já foi apontada por Jepsen (1971 *apud* Decat, 1999:25) em estruturas como, por exemplo,

*Se eu ganhasse na Sena!*³

A análise funcionalista de âmbitos textual e interacional, pela sua adequação à

¹ Para fins deste trabalho, adotou-se o termo *partes* por se trabalhar ora com construções constituídas de cláusulas, ora constituídas de cláusula e sintagma nominal e, ainda, somente por sintagmas nominais, conforme antes observado.

² De agora em diante, denominada hipotaxe.

³ Já há algum tempo, as cláusulas subordinadas sem matriz têm levado autores como Thompson (1984 *apud* Decat, 1999:27) e Haiman & Thompson (1984 *apud* Decat, 1999:27) a proporem a substituição do termo subordinação por outros que melhor descrevam a relação entre as partes no discurso.

força do uso das expressões linguísticas na interação verbal, envolve a atividade linguística - visão que contempla as funções discursivas em que se inserem os provérbios e máximas populares, numa abordagem funcional-discursiva. A sentença se distingue, pois, em níveis sintáticos de organização, sendo passível de análise não apenas morfológica e sintática, mas, principalmente, no nível comunicativo⁴ (Moura Neves, 2006:31).

1.2. Pressupostos teóricos

A corrente teórica funcionalista teve início com o Círculo Linguístico de Praga, que concebia a linguagem como um sistema de comunicação dinâmico, e com a Escola Britânica, para a qual a linguagem é sistêmico-funcional, isto é, considera língua e uso, incluindo o falante nas diferentes situações comunicativas. Ocupa-se, então, da relação entre a estrutura da língua e o seu contexto comunicativo de uso.

A teoria funcionalista se liga, assim, “aos fins a que se servem as unidades linguísticas, o que é o mesmo que dizer que o Funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de expressão” (Moura Neves, 2000:17). Logo, a gramática funcional-discursiva tem como unidade básica do discurso o ato do discurso e não a frase; codifica primeiro a intenção do falante e considera as funções como parte das várias estratégias de estruturação.

Sua justificativa vem do fato de existirem muitos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores que a frase individual e por existirem muitas expressões linguísticas que são menores do que a frase individual, mas

⁴ Visão de interação baseada no Funcionalismo holandês.

que funcionam como enunciados completos dentro do discurso (cf. Moura Neves, 2006:32-33).

Este aspecto é particularmente interessante com relação ao uso atualizado que vem sendo dado às construções proverbiais, objeto deste estudo, em diversos gêneros textuais escritos.

Adota-se, ainda, com base em Hopper & Traugott (1993:170), a noção de um *continuum* para a combinação das partes, que vai da não-dependência e não-encaixamento sintático (parataxe), passa pela dependência, mas não-encaixamento sintático (hipotaxe), até chegar na total dependência e encaixamento sintático entre as partes (subordinação).

Alguns estudos, também de base funcionalista, como os de Mathiessen & Thompson (1988:275-276); C. Lehman (1988, 1989) e Langacker (1991) rompem com a visão dicotômica de coordenação e subordinação, como será explicitado no corpo deste trabalho.

Matthiessen e Thompson (1988:275) postulam que é a interação que determina o caráter nuclear ou suplementar das partes; por isso, os autores consideram o processo de hipotaxe como a gramaticalização de uma propriedade pertencente à própria estrutura discursiva.

Com referência a gramaticalização, apesar de compreender um conjunto de teorias, a abordagem funcionalista postula basicamente que a língua tem funções cognitivas e sociais que desempenham um papel central na determinação das estruturas e dos sistemas considerados pelos linguístas como a gramática de uma língua. Essas estruturas não são fechadas, pois representam continuadas *gramaticalizações* das necessidades sociais de expressão e de intercomunicação.

A pesquisa funcionalista, portanto, concentra-se no esclarecimento das relações entre forma e função, especificando aquelas funções que parecem exercer influência na estrutura gramatical (cf. Castilho, 2001:1).

Como as construções analisadas neste trabalho também se caracterizam pela ausência de conectivos formais entre suas partes, fez-se necessária a revisão do conceito de justaposição à luz do Funcionalismo. Esta corrente teórica considera a justaposição um processo de articulação que, mesmo sem conectivos, mantém uma relação inferencial entre as partes, ou seja, uma relação entre duas ou mais partes cuja *relação semântica é dada por inferência* (cf. Hopper & Traugott, 1993:172).

Por isso, aplicaram-se tais perspectivas a construções justapostas específicas do tipo provérbios e máximas populares para comprovar a relação circunstancial que delas emerge no contexto discursivo.

Além desses pressupostos teóricos, recorreu-se, ainda, aos estudos sobre gêneros textuais para maior aprofundamento das características dos provérbios e máximas populares e suas especificidades, uma vez que a noção de gênero considera o texto como unidade enunciativo-discursiva nas diversas práticas sociais.

1.3. O *corpus* e a metodologia

A idéia de reunir este *corpus* surgiu depois da pesquisa informal, a ser melhor apresentada em 6.2, feita com jovens entre 15 e 19 anos, quanto ao uso de provérbios na oralidade. Apesar de esses jovens não fazerem uso de tais estruturas, eles também não as desconheciam devido ao uso que familiares mais velhos faziam delas em situações específicas de fala. Observado que a oralidade já não é mais o meio pelo qual os

provérbios parecem se propagar atualmente partiu-se para a pesquisa no discurso escrito.

Em princípio, o livro *Provérbios e máximas populares em 7 idiomas*, por reunir um número expressivo de construções proverbiais, pareceu ser o *corpus* ideal para este trabalho de pesquisa. Todavia, por se tratar de construções descontextualizadas, logo se observou que não seria possível obter as constatações quanto às proposições relacionais que emergem de construções justapostas sem que as mesmas estivessem inseridas em um contexto de uso.

Nesse momento, a procura por estruturas proverbiais justapostas na Internet possibilitou a coleta de alguns textos que preservavam a relação circunstancial implícita entre título e conteúdo textual, de forma que a estrutura proverbial resume, no título, a expectativa quanto ao texto em consequência do próprio efeito dessas estruturas, que nem sempre se mostrou moralizante, mas também com efeitos de humor e informalidade no discurso escrito em que se inseriam.

O *corpus* completo consta de 20 textos intitulados por provérbios em suas fórmulas fixas originais ou por re-escrituras delas. Além disso, também se indicam as paráfrases e as relações circunstanciais pertinentes a cada um dos provérbios. Dessa forma, pretende-se explicitar o papel funcional-discursivo das construções proverbiais justapostas que apresentam articulação hipotática.

Será possível, portanto, demonstrar o caráter circunstancial implícito e melhor exemplificar o tipo de proposição relacional (inferência) que emerge da articulação das partes das construções, o que se dá também levando em consideração o contexto discursivo em que estão inseridas .

Importa ressaltar que, dos vinte textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, 14 constituem-se apenas de sintagmas nominais, 5 apenas de cláusulas (presença de verbos) e 1 de sintagma nominal e cláusula, e serão detalhadamente descritos no item 7.2, quando se dá o estudo dos casos. No momento, listam-se apenas os títulos e os endereços dos *sites* de onde foram retirados:

[I] ALEGRIA DE UNS, TRISTEZA DE OUTROS

<http://www.aspra.org.br/index.php>

[II] AMIGOS, AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE

http://www.bolsademulher.com/mulherinvest/materia/amigos_amigos_negocios_a_parte/31341/1/?ori

[III] AQUI SE FAZ, AQUI SE PAGA

<http://www.jornaldeitupeva.com.br/artigo.php?id=060425033439>

[IV] AZAR NO JOGO, SORTE NO AMOR

<http://oglobo.globo.com/blogs/afrancesa/post.asp>

[V] BRIGA DE MARIDO E MULHER, NÃO SE METE A COLHER

http://www.lexcondominios.com.br/principal.php?id_menu=noticias_detalhes&id=125

[VI] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

http://jovempain.uol.com.br/jp/campanhas3/index.php?option=com_content&task=view&id=226&Itemid

[VII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

<http://chiclette.com.br/noticias/2702-Casa-de-ferreiro-espeto-de-pau> Em 16. 06. 08

[VIII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

www.transanet.fm/pt-BR/_contents/colunas/economia/2007/12/04/122409_8_40_2756c3e4.php-42k

[IX] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

<http://fatorw.com/2007/05/28/casa-de-ferreiro-espeto-de-ferro>

[X] CABEÇA VAZIA

http://www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/cabeca_vazia.htm

[XI] ENTRA O BEBER, SAI O SABER

<http://guifpenteados.spaceblog.com.br/162188/A-Bebida-entra-a-Verdade-sai/>

[XII] FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO

<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjconsfrfarinha.htm>

[XIII] FAZ A FAMA, DEITA NA CAMA

<http://bdadolfo.blogspot.com/2007/11/faz-fama-e-deita-na-cama.html>

[XIV] LONGE DA VISTA, LONGE DO CORAÇÃO

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_296675.shtml

[XV] OFICINA DO DIABO

<http://paraisotropical.globo.com/Novela/Paraisotropical/0,,AA1573712-8298,00.html>

[XVI] PATRÃO FORA, DIA SANTO NA LOJA

<http://www.humornanet.com/servlet/sitem?itm=1877&mod=arq&cat=6>

[XVII] REI MORTO, REI POSTO

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294496.shtml>

[XVIII] UM DIA DA CAÇA, OUTRO DO CAÇADOR...

<http://www.jblog.com.br/formula1.php?itemid=8814>

[XIX] UM É POUCO, DOIS É BOM, TRÊS É DEMAIS

<http://www.letras.com.br/renato-e-seus-blue-caps/um-e-pouco-dois-e-bom-tres-e-demais>

[XX] VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM OS DEDOS

<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp>

Assim sendo, no primeiro capítulo desta pesquisa, apresenta-se uma revisão da bibliografia acerca dos conceitos tradicionais quanto à composição do período pelos processos de subordinação e coordenação, além do levantamento da literatura já estabelecida a respeito da justaposição de orações.

Após esta revisão da literatura, no capítulo seguinte, aborda-se o conceito de hipotaxe como uma proposta do Funcionalismo para a articulação de cláusulas adverbiais, esclarecendo em que consiste a articulação hipotática, como ela se dá no discurso e a consideração da ordem anteposta ou posposta das cláusulas adverbiais como recurso para se atingir a intenção comunicativa do usuário da língua.

No terceiro capítulo desta dissertação, mostram-se novas propostas para a abordagem da justaposição, discorrendo-se sobre a importância do processo inferencial na justaposição de cláusulas e da relação de sentido entre cláusulas sem conectivos. Por fim, apresenta-se a articulação hipotática por justaposição, com ênfase ao processo inferencial para se entender as relações adverbiais implícitas que dela emergem.

No capítulo quatro, discorre-se sobre as relações hipotáticas com ou sem o uso de conectivos entre as cláusulas, o que leva a uma avaliação mais aprofundada das

relações hipotáticas implícitas, ratificando o interesse desta pesquisa pelas construções proverbiais justapostas, cujo valor semântico se dá por inferência.

Os conceitos de construção proverbial, unidade informacional e fórmulas fixas são apresentados no capítulo cinco, em que se busca mostrar os provérbios populares quanto a sua historicidade e a sua tradição discursiva, bem como o gênero textual e o domínio discursivo em que se incluem.

O sexto capítulo é voltado para a questão da produção de significado no uso de provérbios em contextos discursivos, quando são apresentados os novos usos das estruturas proverbiais no texto escrito, sua re-escritura e sua força argumentativa. Faz-se, então, a análise qualitativa dos dados e a apresentação do *corpus* usado nesta pesquisa: textos de gêneros diversos coletados na Internet, cujos títulos e endereços dos *sites* de onde foram retirados já foram listados anteriormente.

Por último, são apresentadas as considerações finais e as referências, que objetivam demonstrar o caminho percorrido até se chegar às conclusões apresentadas.

2. REVISITANDO CONCEITOS: REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Os processos de subordinação e coordenação de orações

A Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB – contempla apenas os processos de coordenação e subordinação para a estruturação sintática das orações unidas por conectivos no chamado período composto. Pretende-se, neste capítulo, apresentar a revisão da literatura tradicional quanto aos processos de composição do período, bem como apresentar algumas abordagens linguísticas para estes.

A revisão ora proposta não objetiva abarcar todos os teóricos da língua, mas apenas retomar os conceitos dos principais deles para possibilitar o melhor entendimento das propostas que serão apresentadas ao longo deste trabalho.

Em geral, a subordinação é definida tanto em termos sintáticos quanto semânticos, pois além de a oração subordinada ser um termo que exerce função sintática na oração principal, também depende desta para ter “sentido completo”⁵, conforme acontece em “Sairemos quando ele chegar”.

Na coordenação, a maioria dos gramáticos define as orações coordenadas como orações com “sentido completo”, que não constituem um termo da oração a que se ligam, apresentando, assim, independência sintática e semântica, como é o caso de “Saímos cedo e voltamos na hora marcada”.

Alguns autores também consideram a ocorrência simultânea da coordenação e da subordinação em um mesmo período, chamando-o de período misto – ou composto por coordenação e subordinação, como em “*Ele acordou e pensou/ que ia ouvir Papai*”

⁵ A expressão “sentido completo” foi usada entre aspas porque significa, na verdade, estabelecer comunicação.

Noel chegando”.

Pinto Ribeiro (2003: 307-308) relaciona coordenação à independência sintática e cita o seguinte exemplo: “*Aquele armário estava tão sujo, tão melancolicamente sujo e não sabíamos*”. Enquanto a subordinação tem valor sintático de dependência como em “*É claro que estamos com ela*”.

Kury (2002:62) diz que as coordenadas são independentes, isto é, têm sentido em si mesmas e, por isso, poderiam cada uma constituir um período. Já o período composto por subordinação apresenta uma oração principal e uma ou mais subordinadas, ou seja, dependentes dela. O autor considera também o período misto (op.cit.:63).

Para Luft (1978:144), o período composto pode se estruturar por dois processos sintáticos – a coordenação e a subordinação. Luft (2002: 44) reafirma a existência dos processos de coordenação e subordinação e faz referência ao período misto.

Assim, a tradição apresenta para a composição do período uma visão que se aplica à noção de dependência ou independência entre suas partes, com conceituações que nem sempre atendem à funcionalidade oracional no que diz respeito a sua aplicação no discurso.

Dentro de uma abordagem linguística, Azeredo (1993:49) define a subordinação como o meio que consiste em prover de função as unidades que constituem os sintagmas e os sintagmas que constituem as orações. Na estruturação por subordinação, uma unidade da categoria X posiciona-se sob o domínio da categoria Y, sendo um processo necessariamente intraoracional. Azeredo (1993:51) exemplifica: “*João arrumava a casa enquanto Maria lavava a louça*”.

Quanto à coordenação, Azeredo (1993:117) a caracteriza como envolvendo

ligações discursivas e não sintáticas, visto que a coordenação ultrapassa os limites da oração. Assim, coordenam-se vocábulos, sintagmas, orações e, inclusive, parágrafos. Consiste, pois, a coordenação, na associação de duas ou mais unidades de mesmo nível hierárquico e de mesma natureza ou função.

Para Carone (2002:20), a coordenação nasce de um eixo paradigmático, pois todos os membros de um paradigma poderiam, hipoteticamente, comutar com aquele que está presente em um ponto da cadeia sintagmática, como em “*Ele vende e compra móveis*”.

Por conseguinte, as construções proverbiais do tipo “*Casa de ferreiro, espeto de pau*” recebem um tratamento que por si só não atende de forma satisfatória ao processo de combinação que ocorre entre suas partes justapostas.

Geralmente, essas construções são classificadas como estruturas coordenadas na forma assindética, avaliação estrutural insuficiente para explicar o processo que lhes confere eficácia comunicativa, pois despreza a inferência de valor circunstancial na construção do sentido, ou seja, o seu conteúdo semântico implícito. Tampouco poderiam as construções proverbiais analisadas neste trabalho serem consideradas subordinadas, pois carecem de dependência sintática entre suas partes.

Logo, a possibilidade de se fazer uma leitura como adverbial para essas estruturas será o foco do capítulo 2 deste trabalho.

2.2. A justaposição de orações

Tradicionalmente, a articulação de orações sem a presença do conectivo formal caracteriza a justaposição nos termos de Rocha Lima (1980:233):

As orações justapostas, sem prejuízo da função que exercem na principal, aditam-se a esta **sem a mediação de conectivo e têm forma de oração independente** - isto é, estão isentas de servidão gramatical. (grifo nosso)

Para Cunha & Cintra (2001: 596), a articulação sem conectivo significa dizer que “as orações são colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace”, o que se observa, por exemplo, em “Parou, olhou, seguiu”.

Luft (1978:146), apesar de citar os mecanismos de justaposição e correlação em sua gramática, defende a idéia de que ambos ocorrem dentro do binômio coordenação/subordinação e que reconhecê-los como processos especiais de composição do período sobrecarregaria a nomenclatura por se tratar apenas de termos a mais.

Portanto, tais definições contemplam somente o modo como as orações se ligam dentro dos dois processos sintáticos, apresentando para a justaposição de orações uma visão que se aplica à forma e não ao mecanismo sintático de estruturação em si, desprezando, ainda, a relação semântica entre os núcleos.

O professor Oiticica, em sua *Teoria da Correlação* (1952), foi o primeiro a dar à justaposição o *status* de processo de composição do período, classificando as orações justapostas em intercaladas (de citação; de advertência; de opinião; de exclamação; de escusa; de exortação; permissiva e latente), como “Não se pode dizer, *atalhou o vigário*, que isso seja obra de satanás”; apostas, como, por exemplo, “O viúvo teve uma única preocupação: *deixar a música*”; e adverbiais, que é o caso de “O mestre concluíra a obra, *há dez meses*”.

Dessa forma, Oiticica (1952), em período anterior à NGB, dava à justaposição o *status* de processo de composição do período, ao lado da subordinação, da coordenação

e, ainda, da correlação.

Também Ney (1955:62) já afirmava que na justaposição há declaratividade total, sem conectivo, mas com *dependência no sentido*, fato que pode ser ilustrado com a conhecida declaração de Júlio César: “Vim, vi, venci”.

Em avaliação mais recente, quando se refere às sentenças complexas estruturadas por justaposição, Castilho (2002:131) considera justaposta, ou assindética, a sentença que se apõe a outra sem qualquer nexos conjuncional.

Já para Pinto Ribeiro (2003:307-308), a justaposição é a falta de conectivo na ligação das orações e, apesar de ocorrer com maior frequência entre as subordinadas substantivas, também se dá entre as adjetivas e as adverbiais.

No quadro 1, a seguir, tem-se a posição dos principais gramáticos de linha tradicional sobre a justaposição. Pode-se observar que o critério sintático é predominante nestas conceituações, isto é, a justaposição é vista como um processo formal de ligação entre orações.

QUADRO 1 – A JUSTAPOSIÇÃO NA VISÃO TRADICIONAL

Autor	Conceituação	Características/critério	Orações justapostas
Rocha Lima (1980:233)	“As orações justapostas, sem prejuízo da função que exercem na principal, aditam-se a esta sem a mediação de conectivo e têm forma de oração independente - isto é, estão isentas de servidão gramatical.”	Ausência do conectivo, sem dependência gramatical; critério sintático (formal).	Restringem-se a duas funções: objetiva direta; apositiva.
Bechara (2003:479)	“Falta de entrelaçamento por unidades especiais no encadeamento de orações.”	Independência sintática. Relacionamento semântico estreito; critério sintático-semântico.	“Coordenadas distributivas” (p.479) e intercaladas (p.480); justapostas de valor contextual adverbial (p.507).
Bechara ⁶ (2005: 116)	“Ligação de orações sem auxílio de conectivo.”	Critério sintático.	Dependentes e independentes justapostas (p.116); coordenadas assindéticas ou justapostas; subordinadas do tipo ‘Espero <i>sejas feliz</i> ’ (p.117).
Cunha & Cintra (2001: 596)	“Orações colocadas uma ao lado da outra, sem qualquer conectivo que as enlace.”	Critério sintático. Só reconhecem a justaposição na coordenação (p.596).	Coordenadas assindéticas.
Kury (2002:64)	“Quaisquer orações de mesmo valor (exceto a absoluta), sejam independentes ou subordinadas, podem se ligar no período por simples pausa (justaposição).” “Colocação lado a lado, sem qualquer conectivo, de orações coordenadas assindéticas”.	Critério sintático: a justaposição se dá pela apresentação sem conectivo (p.72).	Orações substantivas desenvolvidas sem conectivo (p.72); orações adjetivas desenvolvidas justapostas (p.80); orações adverbiais desenvolvidas justapostas (p.86).
Luft (1978:146)	“Não há motivos para se reconhecer a correlação e a justaposição como processos de composição do período.” (p.146)	Critério sintático.	Justaposta intercalada (coordenada), apositiva, objetiva direta e adverbial (subordinadas).
Luft (2002:46)	Tipo especial de conexão estabelecido dentro da coordenação e da subordinação.	Critério sintático.	Objetivas diretas justapostas - seguem um verbo <i>dicendi</i> , quando o verbo regente é transitivo direto (p.64).

Assim, estabelece a Tradição que a justaposição de orações é um procedimento

⁶ Bechara (2005) cita a proposta de Oiticica (1952) de divisão da articulação de orações em quatro processos, entretanto, caracteriza a coordenação e a subordinação quanto ao valor sintático de dependência e independência, e a correlação e a justaposição quanto ao modo como as orações se ligam.

formal que ocorre tanto entre orações coordenadas como entre subordinadas, quando estas se articulam sem a presença de conectivos explícitos.

Contrariamente à visão tradicional, na abordagem funcionalista, a justaposição é uma forma de articulação de cláusulas em que se considera a relação inferencial entre seus núcleos, e não apenas o processo formal que liga as suas partes. Isso equivale a dizer que a ligação entre as cláusulas é explicitada sem conectivos, constituindo, assim, uma relação entre dois ou mais núcleos próximos um ao outro, cujo valor semântico entre eles é dado por inferência (Hopper & Traugott, 1993:172).

No capítulo 5, tal ligação será abordada mais detidamente.

3. HIPOTAXE⁷: UMA PROPOSTA FUNCIONALISTA PARA A ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS ADVERBIAIS

Dentro de uma abordagem tradicional, Bechara (2003:47) aproxima a subordinação ao que ele chama de hipotaxe, ou seja, a possibilidade de uma unidade correspondente de um estrato superior poder funcionar em um estrato inferior, ou em estratos inferiores. É o caso de uma oração passar a funcionar como ‘membro’ de outra. Em *Verdadeiramente ele disse isso*, por exemplo, o autor afirma que a cláusula comentário passa, por hipertaxe, à oração *É verdade*, e há hipotaxe – ou subordinação – da comentada *ele disse isso*.

A proposta funcionalista, contudo, prioriza a língua em uso no texto, o que é o seu objeto de investigação, e já há algum tempo rompe com a visão dicotômica de coordenação e subordinação, conforme pode ser observado no seguinte *continuum* de Hopper & Traugott (1993:169) para a combinação de cláusulas⁸:

- a) **Parataxe** – independência relativa entre as cláusulas, em que o vínculo das orações depende apenas do sentido, isto é, apresentam dependência semântica;
- b) **Hipotaxe** – interdependência entre as cláusulas, sendo uma cláusula núcleo e uma ou mais cláusulas (margens) que não podem figurar sozinhas no discurso e, por isso, são relativamente dependentes;

⁷ Doravante, o termo hipotaxe fará referência às tradicionais orações subordinadas adverbiais.

⁸ Combinação de cláusulas é a função de uma cláusula em relação a outras (Mathiessen & Thompson, 1998:279).

c) **Subordinação ou encaixamento** – total dependência entre as cláusulas em relação ao núcleo.

Esse *continuum* pode ser elaborado por combinações de características como + ou – dependente e + ou – encaixada, conforme se pode visualizar a seguir:

P a r a t a x e	>	H i p o t a x e	>	S u b o r d i n a ç ã o
- dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixada		- encaixada		+ encaixada

No *continuum* de Hopper & Traugott (1993:170) antes apresentado, a subordinação pressupõe dependência e encaixamento; a parataxe caracteriza-se pela não-dependência e pelo não-encaixamento, e a hipotaxe distingue-se pela dependência e pelo não-encaixamento sintático. Ao se estabelecer estes três tipos de arranjos, redefine-se a terminologia de duas tradições distintas: a subordinação e a coordenação.

Em estudo anterior ao de Hopper & Traugott (1993), Halliday (1985:373) já apresentava dois sistemas básicos para determinar como as cláusulas se relacionam entre si: (i) o grau de *interdependência* ou *taxe*: hipotaxe e parataxe e (ii) a *relação lógico-semântica*: por projeção ou por expansão.

Assim, Halliday (1985:373) entende que todas as cláusulas que apresentam relação lógico-semântica entre si são interdependentes, o que é a essência da estrutura relacional: uma unidade interdependente de outra unidade.

Dessa forma, distingue-se a hipotaxe – ou subordinação - da visão tradicional, da hipotaxe e da subordinação dentro da visão funcionalista, segundo a qual uma cláusula subordinada pressupõe encaixamento sintático em outra, enquanto que na articulação hipotática não há encaixamento ou dependência, mas interdependência sintática entre as cláusulas.

Matthiessen e Thompson (1988:275) postulam que a subordinação não pode ser caracterizada ou definida no nível da sentença, mas sim no nível do contexto discursivo, tendo em vista a necessidade deste para se distinguir a oração subordinada da oração principal. A interação é que determina o caráter nuclear ou suplementar às partes, sendo o processo de hipotaxe a gramaticalização de uma propriedade pertencente à própria estrutura discursiva. Os autores, assim, consideram os componentes semânticos e sintáticos envolvidos nas construções, além de suas relações retóricas.

Já a combinação de cláusulas que não sejam constituintes, tratada pela tradição como coordenação ou aposição, é resolvida por Halliday (1985: 373), visto que ele considera dois graus de combinação: a parataxe e a hipotaxe.

Esses três autores buscam, dessa forma, uma interpretação gramatical para a articulação de cláusulas que tenha sentido funcional no discurso. Para eles, a interdependência entre as cláusulas não estabelece uma relação subordinada, pois uma não é parte da outra e o grau de interdependência também se dá no nível das funções discursivas, pois as relações de causa, condição, concessão, etc. são relações retóricas que ocorrem em quaisquer partes de um texto (Matthiessen e Thompson, 1988: 283).

Assim, se uma cláusula subordinada pressupõe encaixamento sintático em outra, situação em que uma cláusula não combina com outra, mas se encaixa a ela, na articulação hipotática não há dependência, mas *interdependência* sintática entre as cláusulas, como postulam Mathiessen & Thompson (1988:283):

Embora as cláusulas sejam *interdependentes* e sustentem, de algum modo, uma relação hierárquica entre si, *nada justifica que uma seja parte da outra.* (grifo nosso)⁹

Logo, a interdependência sintática não estabelece uma relação subordinada entre

⁹ “Although the clauses are interdependent and stand in a kind of head-dependent relation to one another at some level, there is no sense that one is a part of the other”.

as cláusulas porque uma não é parte da outra, mas lhe confere uma relação hipotática.

Para Moura Neves (2006:227), ao se examinar construções textuais, é possível concluir que “*o rótulo subordinação não pode se pretender configurador de um estatuto único para o vasto bloco a que se vem aplicando*”. Segundo a autora, essa sua visão é fundamentada na teoria funcionalista para a articulação de cláusulas, conforme se mostra, a seguir, de forma esquemática:

QUADRO 2¹⁰ – BASE TEÓRICA FUNCIONALISTA PARA A ARTICULAÇÃO DE CLÁUSULAS

<p>Dik (1978;1980;1989a;1997 <i>apud</i> Moura Neves, 2006:227)</p>	<p>Argumentos e satélites – termos + predicado = predicação nuclear (operadores e satélites) → predicação central + operadores e satélites de nível 2 = predicação estendida + satélites de nível 3 = proposição + satélites de nível 4 = ato de fala.</p>
<p>Halliday (1985:373-377)</p>	<p>Dois eixos: tático – interdependência entre os elementos – parataxe e hipotaxe / lógico-semântico – relação entre os processos, resolvida pela expansão e pela projeção. A expansão ocorre de 3 formas: por elaboração (isto é / =), por extensão (e / +) ou por realce (assim, então / x). A projeção pode ser por locução (“ “) ou idéia (‘ ‘). Parataxe – simples ‘continuação’ / hipotaxe – relação ‘dependente x dominante’. Encaixamento (<i>embedding</i>) – mecanismo de ‘constituência’.</p>
<p>Matthiessen & Thompson (1988:282)</p>	<p>Grau de interdependência também no nível das funções discursivas; relações de causa, condição, concessão, etc. são relações retóricas que ocorrem em quaisquer partes de um texto, podendo ocorrer gramaticalização; a interação é que determina o caráter nuclear ou suplementar às partes.</p>
<p>Hopper & Traugott (1993:170)</p>	<p><i>Continuum</i> da subordinação (dependência e encaixamento) à parataxe (não-dependência e não-encaixamento), passando pela hipotaxe (dependência, mas não-encaixamento). Cruzamento: subordinação/coordenação (integração) x parataxe/hipotaxe (dependência) = parataxe, hipotaxe e subordinação. Levam em conta os componentes semântico e sintático, além das relações retóricas.</p>
<p>Lehman (1988 <i>apud</i> Moura Neves, 2006:230)</p>	<p>Grau máximo a um grau mínimo de autonomia sentencial; no reverso, grau máximo a um grau mínimo de integração sentencial. Dessentencialização – grau extremo de perda do estatuto de sentença. Quanto mais integradas as orações de um enunciado, mais avançado o processo de gramaticalização.</p>
<p>Givón (1990 <i>apud</i> Moura Neves, 2006:231)</p>	<p>Não existe fronteira rígida entre subordinação e coordenação; Noções semânticas de junção, disjunção, paráfrase, tautologia e contradição. Relação icônica entre a integração das orações e a integração dos eventos.</p>
<p>Longacre (1985 <i>apud</i> Moura Neves, 2006:231)</p>	<p>Caráter discursivo – frases são feixes de predicações, enquanto parágrafos são feixes de frases; as frases têm um núcleo e margens (orações adverbiais) que adornam esse núcleo (<i>slots funcionais</i>); quanto mais baixo for o nível estrutural (sintático) do segmento nuclear, maior será a integração sintática.</p>

¹⁰ Quadro elaborado segundo as observações de Moura Neves (2006:227-231) acerca da articulação de cláusulas dentro da abordagem funcionalista.

Evidencia-se, então, que a razão fundamental das postulações de caráter funcionalista é a incorporação da pragmática na gramática, isto é, a inserção de categorias pragmáticas – organização do fluxo informacional – na análise linguística (cf. Moura Neves, 2006: 232).

3.1. A articulação de cláusulas hipotáticas

Conforme visto anteriormente, a visão tradicional - baseada em uma sintaxe de superfície - oferece um conceito de subordinação que se resolve na proposição de uma oração principal com um ou mais de seus termos expresso sob forma oracional com total dependência entre as cláusulas em relação ao núcleo.

Tal conceito não atende satisfatoriamente os casos em que as cláusulas não são totalmente, mas relativamente dependentes entre si, como no caso daquelas que apresentam relações circunstanciais.

Ao analisar sintaticamente a construção “*Longe da vista, longe do coração*”, Jolles¹¹ (1976:139-140) afirma não ser possível considerá-la um período paratáxico simétrico, pois nenhuma das partes possui sujeito, complemento ou predicado. Também não vê o autor sentido em considerá-la uma oração comparativa e sua principal, mas uma sobreposição clara, em que a subordinação não é cabível, sendo, assim, um caso de hipotaxe.

Segundo Mathiessen & Thompson (1988: 275), a teoria gramatical pouco tem abordado a subordinação como estrutura do discurso em que as ‘subordinadas’ aparecem, sugerindo não ser possível definir a ‘subordinação’ só no nível da sentença,

¹¹ Cabe ressaltar que essa observação de Jolles foi feita no ano de 1930, na Alemanha. Longe dos estudos de caráter funcionalista, o autor já diferenciava parataxe, subordinação e hipotaxe como processos diferentes de composição do período.

pois é o discurso, muitas vezes, que aponta qual é a cláusula principal e qual é a subordinada.

Diante disso, tem-se, então, o conceito da articulação hipotática para as partes constituintes de uma construção que apresentem uma relação circunstancial – subordinadas adverbiais para a Gramática Tradicional - e sejam relativamente dependentes, ou melhor, interdependentes entre si (Mathiessen & Thompson, 1988:283).

O modo tripartite de articulação de cláusulas no complexo oracional proposto por Hopper & Traugott (1993:169) tem como base o reconhecimento de diferentes graus de integração sintática que, de acordo com os autores, possivelmente envolve um percurso unidirecional de gramaticalização dessas orações – processo de caráter irreversível que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais.

Sendo assim, Hopper & Traugott (1993:169) propõem a seguinte esquematização para melhor explicitar os graus de dependência, integração e tipo de ligação entre as cláusulas:

QUADRO 3 - GRAUS DE DEPENDÊNCIA, INTEGRAÇÃO E TIPO DE LIGAÇÃO ENTRE CLÁUSULAS

Parataxe (independência)	Hipotaxe (interdependência)	Subordinação (dependência)
núcleo _____	_____	margem
integração mínima _____	_____	integração máxima
ligação explícita máxima _____	_____	ligação explícita mínima

Tem-se, então, uma relativa independência e integração mínima entre as cláusulas paratáticas; uma relativa interdependência e grau intermediário de integração sintática entre cláusulas hipotáticas; e uma total dependência e integração máxima entre as cláusulas subordinadas, ou seja, há encaixamento margem-núcleo.

3.2. A articulação de cláusulas adverbiais e sua ordem no discurso

São vários os teóricos funcionalistas que abordam a articulação de cláusulas adverbiais dentro do discurso. O que irá definir a relação entre cláusulas hipotáticas, isto é, o tipo de proposição relacional entre elas, irá definir, inclusive, a inferência predominante, podendo determinar também a ordem da cláusula-satélite em relação à articulação hipotática no discurso.

Embora sendo termos opcionais, as cláusulas-satélites, segundo Dik (1978, *apud* Moura Neves, 2006:233), são sensíveis ao discurso. Isso significa que são ligadas às escolhas do falante na busca natural pelo cumprimento de funções no enunciado. É o caso das cláusulas adverbiais, que funcionam como satélites, visto que não são argumentos do predicado, mas trazem informações adicionais à organização do enunciado.

No caso específico das cláusulas hipotáticas adverbiais, Givón (1990 *apud* Moura Neves, 2006:234-235) sustenta uma função pragmática da ordem nessas construções, considerando que as orações adverbiais antepostas (ou as intercaladas) exercem função de reorientação temática, geralmente marcando rupturas temáticas no discurso. Givón (1990) destaca o fato de que, no geral, os efeitos da posição da oração do tipo adverbial em relação à nuclear (anteposta, intercalada, posposta) se inserem no domínio pragmático-discursivo.

Segundo Haiman (1978, *apud* Moura Neves 2006:234), as estruturas condicionais, por exemplo, são tópicos nas construções em que ocorrem, sendo tanto as condicionais como os tópicos dados constituintes do ponto de partida para a informação. O autor defende que, em geral, a motivação icônica da ordem nas orações articuladas é enunciar primeiro a informação que é mais ‘velha’ e, depois, a que é ‘nova’.

O tópico discursivo, para Moura Neves (2006:27), é uma entidade de estatuto teórico no modelo funcionalista, sendo central, nos estudos da referenciação, a consideração da progressão referencial relacionar-se à progressão tópica. É em ligação com a progressão ou a manutenção desses referentes que se faz a progressão ou a manutenção dos tópicos discursivos, que dirige o fluxo de informação, sustentando a organização informativa do texto.

A atuação das cláusulas adverbiais como tópico frasal também evidencia a característica de elas operarem coesão discursiva, ou seja, marcar uma cláusula adverbial como tópico é explicitar seu papel de coesão discursiva, como se fosse decorrente da organização e da perspectiva do discurso (cf. Decat, 2001:169).

A seguir, estabelece-se uma visão panorâmica dos principais pressupostos funcionalistas com referência à ordem núcleo-satélite no discurso, o que mostra a

articulação de cláusulas adverbiais não apenas no nível do conteúdo, mas também no nível proposicional (cf. Moura Neves, 2006: 236).

QUADRO 4¹² – A POSIÇÃO DA CLÁUSULA ADVERBIAL

Para Haiman (1978, <i>apud</i> Moura Neves, 2006:236), as condicionais são tópicos nas construções em que ocorrem; ele defende a motivação icônica da ordem nas orações articuladas, em geral.
Traugott (1985, <i>apud</i> Moura Neves, 2006:236) – hipotáticas temporais antepostas servem de moldura.
Thompson & Langacre (1985, <i>apud</i> Moura Neves, 2006:235) – estendem a característica de tópico para efetuar coesão discursiva a todas as orações adverbiais.
Chafe (1984, <i>apud</i> Moura Neves, 2006:235) - Há um diferente efeito pragmático-discursivo na posposição das adverbiais – os satélites adverbiais geralmente funcionam como adendos (<i>afterthought</i>); O uso das construções adverbiais configura a criação de molduras (<i>frames</i>), criando espaços mentais para o conteúdo das porções nucleares, conferindo a essas ‘saliência’ ou ‘realce’ (<i>enhancement</i>), nos termos de Halliday (1985:196).

Dessa forma, a ordem dos elementos na relação núcleo-satélite não só depende do tipo de proposição relacional que emerge dessa combinação, mas também e, em certos casos, principalmente, está sujeita à função discursiva da cláusula adverbial (cf. Decat, 2001:140).

Decat (2001: 143) ressalta o que chama de “paralelismo entre a posição e o tipo de proposição relacional emergente, fundamentado no princípio da iconicidade”. Isso significa dizer que é o tipo de proposição relacional (inferência) que irá determinar a posposição ou a anteposição da cláusula adverbial. Além disso, muitas vezes, a ordem das cláusulas relaciona-se com a ordem dos eventos, o que mostra o princípio da iconicidade na ordem dos eventos e nas funções discursivas.

¹² Quadro elaborado conforme Moura Neves (2006:235-236).

Depois de análise de seu *corpus*, a autora expõe as preferências de posição da cláusula adverbial da seguinte forma:

QUADRO 5 – POSIÇÃO PREFERENCIAL GERAL DAS CLÁUSULAS ADVERBIAIS

	Anteposição	Posposição
Tempo	NO, DO, DE	NE
Condição	NO, NE, DO, DE	NO
Concessão	NO, DE	NE, DO
Propósito	-----	NO, NE, DO, DE
Motivo	NE	NO, DO, DE
Modo	DE	NO, NE, DO
Exclusão	DO	NO, NE, DE

NO = narrativo oral

NE = narrativo escrito

DO = dissertativo oral

DE = dissertativo escrito

Portanto, conforme visto, geralmente as relações de tempo e condição levam à anteposição; enquanto as relações de propósito, motivo, modo e exclusão determinam a posposição. Cabe observar ainda que essa posição preferencial das cláusulas mostrou-se mais ou menos frequente de acordo com o tipo de discurso em que se inserem (cf. Decat, 2001:144).

A seguir, tem-se algumas construções proverbiais em que a anteposição das cláusulas hipotáticas com relações circunstanciais de tempo e condição se mostra, de fato, mais produtiva que a sua posposição:

1. [Se P, então Q] Barba de mais de uma cor, barba de homem traidor.

Paráfrase: Se o homem tem a barba com mais de uma cor, ele é traidor.

Circunstância: Condição

2. [Enquanto P, Q] A virtude remoça os velhos; o vício envelhece os moços.

Paráfrase: Enquanto a virtude remoça os velhos, o vício envelhece os moços.

Circunstância: Tempo

3. [Se P, então Q] Comeu a carne, rói o osso.

Paráfrase: Se comer a carne, rói o osso.

Circunstância: Condição

4. [Se P, então Q] Tudo que sobe, desce.

Paráfrase: Se alguma coisa sobe, também desce.

Circunstância: Condição

5. [Quando P, Q] O gato sai, o rato faz a festa.

Paráfrase: Quando o gato sai, o rato faz a festa.

Circunstância: Tempo

6. [Se P, então Q] Barriga cheia, cara alegre.

Paráfrase: Se a barriga está cheia, a cara fica alegre.

Circunstância: Condição

A posposição ou a anteposição da cláusula adverbial na construção proverbial usada como título aponta, também, para a posição em que aparece a proposição de caráter circunstancial na própria articulação do texto: se anteposta ou posposta, conforme será demonstrado em 3.3.

3.3. A articulação hipotática: o uso de construções proverbiais no texto escrito

A seguir, apresentam-se quatro trechos de textos integrantes do *corpus* deste trabalho, que exemplificam a articulação hipotática no discurso, bem como a

anteposição ou posposição da parte que expressa a proposição relacional na articulação discursiva, nos mesmos moldes em que ocorre na construção proverbial.

No primeiro texto, o uso do provérbio *Um dia da caça, outro do caçador*, possibilita observar pela paráfrase *Se um dia é da caça, o outro é do caçador* que a anteposição da parte circunstancial no título encontra correspondência na própria articulação discursiva. Há a anteposição da informação ‘velha’ – *que ainda não tinha subido ao lugar mais alto do pódio este ano* –, seguida da informação ‘nova’ – *foi beneficiado justamente pelo azar de um dos favoritos da prova*.

Esse fato possibilita observar que a relação hipotática condicional, evidenciada na paráfrase da construção proverbial que dá título ao texto, se repete na própria estrutura discursiva. Isso equivale a dizer que as combinações oracionais do tipo adverbial se fazem não apenas no nível do conteúdo, mas também no nível proposicional e no conversacional (cf. Moura Neves, 2006:236).

(1) UM DIA DA CAÇA, OUTRO DO CAÇADOR

(Se um dia é da caça, o outro é do caçador)

O que acharam do GP do Canadá? Se alguém pensou na palavra “inesperado”, pensamos juntos! Esse foi o circuito que posso chamar de o “circuito da redenção”. (...) Kubica, *que ainda não tinha subido ao lugar mais alto do pódio* este ano, *foi beneficiado justamente pelo azar de um dos favoritos* da prova.(...)

<http://www.jblog.com.br/formula1.php?itemid=8814> (Grifo nosso)

Por sua vez, Traugott (1985, *apud* Moura Neves, 2006:234) afirma que as estruturas hipotáticas temporais antepostas servem de moldura para o conjunto de conhecimentos que se apresentam na oração nuclear. É possível observar tal fenômeno no exemplo que se segue, quando o uso de *Faz a fama, deita na cama* permite, pela

paráfrase *Logo que fizer a fama, deita na cama*, a constatação da proposição temporal que emerge das partes.

(2) FAZ A FAMA, DEITA NA CAMA

(Logo que fizer a fama, deita na cama.)

(...) Esse ditado diz de maneira muito clara que: “é importante trabalhar duro *no começo da carreira*, e você deve *continuar assim até que* as pessoas reparem que você trabalha duro e é eficiente. *A partir desse momento*, ou seja, *tão logo* você receba o carimbo de trabalhador e eficiente, *você pode relaxar*” (...). (Grifo nosso)

<http://bdadolfo.blogspot.com/2007/11/faz-fama-e-deita-na-cama.html>

Portanto, uma vez que a estrutura temporal esteja anteposta na construção proverbial usada no título do texto *Faz a fama, deita na cama*, esta servirá de guia para a sequência temporal que se dá na articulação discursiva e de moldura para a estrutura nuclear posposta. Isso pode ser observado nos trechos correspondentes à: quando se faz a fama – *você deve continuar assim até que as pessoas reparem que você trabalha duro e é eficiente* –, usufrui-se dela – *tão logo você receba o carimbo de trabalhador e eficiente, você pode relaxar*.

Com relação às concessivas, Danon-Boileau *et al.* (1991, *apud* Moura Neves, 2006:235) atribuem maior integração discursiva e menor integração sintática aos segmentos que atuam como tópico nas construções adverbiais. A concessão é tida como essencialmente dialógica e é expressa canonicamente quando o segmento concessivo vem anteposto.

Tal afirmação se aplica ao próximo trecho do texto *Casa de ferreiro, espeto de pau*, em que se utiliza a construção prototípica deste trabalho. Tem-se a estrutura concessiva anteposta na construção proverbial, o que se evidencia pela paráfrase

Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau, também anteposta pelo valor inferencial que relaciona título e texto: “casa de ferreiro”: *confissão de traficante*, e “espeto de pau”: ‘*Se um traficante abordar alguma das minhas filhas, eu mato ele*’.

(3) CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

(Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau.)

Confissão de traficante numa delegacia: “Filha minha não usa droga. ‘*Se um traficante abordar alguma das minhas filhas, eu mato ele*’”. Declaração de traficante preso nesta quinta-feira, no Paraná. Elnício da Silva Lima, 52 anos, pai de três filhas, flagrado em casa com 700 gramas de maconha e 82 pedras de crack. (Grifo nosso)

<http://jovempan.uol.com.br/jp/campanhas3>

Assim, a integração da cláusula concessiva se estabelece mais pela função discursiva que pela sintática, pois a relação entre as partes de *Casa de ferreiro, espeto de pau* se dá por inferência na progressão textual.

Quanto à posição inicial ou final das cláusulas causais, Matthiessen & Thompson (1988:306-307) mostram que a posição inicial tende a ter uma função discursiva de orientador, para o leitor, de uma parte principal da mensagem, enquanto que a posição final é menos comum para elementos com função de organizadores do discurso.

É possível observar essa estrutura em *Rei morto, rei posto*, no trecho a seguir. A paráfrase de proposição causal que emerge das partes - *Porque o rei está morto, outro rei assume a coroa* - orienta o leitor para a parte principal do texto - *A morte de Arafat poderá ser um começo, um fim, ou uma continuação* -, que aponta para uma nova extensão que contém a possível “solução” para o problema apresentado na parte anteposta - *Depende de Ariel Sharon* (...).

(4) REI MORTO, REI POSTO

(Porque o rei está morto, outro rei assume a coroa.)

A morte de Arafat poderá ser um começo, um fim, ou uma continuação. *Depende de Ariel Sharon* (...). Hoje, *sem Arafat* nem líder que possa substituí-lo, *dependerá única e exclusivamente do pragmatismo que puder explicitar e fazer gala o governo Sharon*, que a morte de Arafat seja o fim de uma era manchada de sangue ou a continuação incrementada da violência atual.(...)

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294496>

Os casos antes relacionados exemplificam plenamente o que Decat (2001: 143) denomina de “*paralelismo entre a posição e o tipo de proposição relacional emergente, fundamentado no princípio da iconicidade*”¹³. Este princípio se mostra especialmente produtivo quando há o uso de construções proverbiais no discurso escrito. A ordem anteposta das cláusulas¹⁴ de valor circunstancial estabeleceu-se como uma função da ordem dos eventos, no âmbito das funções discursivas.

Em oposição às colocações sobre a anteposição das cláusulas adverbiais, há um diferente efeito pragmático-discursivo em sua posposição, pois, com frequência, os satélites adverbiais funcionam como adendos, isto é, como segmentos trazidos pelo falante após pausa que indicaria encerramento do ato de fala (cf. Moura Neves, 2006: 234-235).

Isso é facilmente observável em algumas estratégias publicitárias, em promoções do tipo “*leve três, pague dois*”, em que a posposição da cláusula circunstancial encerra o ato de fala com uma condição: “*leve três, se pagar dois*”. Também a nuclear canônica serve, estrategicamente, de atrativo para os objetivos mercadológicos de venda.

¹³ Relação entre as estruturas linguísticas e as estruturas de significação.

¹⁴ Consideradas cláusulas a partir de suas paráfrases.

Independente de tais observações, Decat (2001:140) ressalta que essa “aparente liberdade” de anteposição ou posposição da parte de caráter hipotático se mostra como tipicamente preenchedor de margens. Continua a autora seu raciocínio, afirmando que a cláusula adverbial é um tipo de adjunto, um “preenchedor” sintático, nos termos de Kato, Tarallo *et al.* (1993:253, *apud* Decat, 2001:141), que ocorre nas fronteiras de um constituinte, a saber: o núcleo da relação núcleo-satélite, isto é, a cláusula ou o conjunto de cláusulas com que a adverbial se articula.

Mesmo que tal posicionamento não seja discutido neste trabalho, observou-se que o fato de certos tipos de discurso permitirem determinadas proposições relacionais abarca, perfeitamente, os casos em que se inserem as construções proverbiais justapostas de caráter adverbial.

4. NOVAS PROPOSTAS PARA A JUSTAPOSIÇÃO DE CLÁUSULAS

Os funcionalistas Hopper & Traugott (1993:172-174) consideram que o tipo de relação mais simples que ocorre entre duas cláusulas é a justaposição, processo em que a relação entre as cláusulas é explicitada sem conectivos, constituindo, assim, uma relação implícita, pois seu elo está implícito. Assim, a relação semântica entre os núcleos das cláusulas justapostas careceria de processos inferenciais para que o elo entre as partes se formasse.

Para os autores, a relação entre as cláusulas justapostas pode se dar pela entonação ou por dividirem um único sujeito lexical, sendo este último um fenômeno da parataxe, também chamada de parataxe sem conectivo explícito, como é o caso da famosa frase de César: “Vim, vi, venci”. Trata-se de três cláusulas autônomas, em que cada uma delas constitui um núcleo. Porém, é possível considerá-la como uma única frase com vários núcleos, porque a pontuação representa uma única unidade, ou seja, tem um único contorno de entonação (cf. Hopper & Traugott, 1993:172).

A justaposição também é um processo que Hopper & Traugott (1993:172) consideram existir na hipotaxe, quando se tem cláusulas adjetivas relativas e orações adverbiais, cujas relações proposicionais entre as cláusulas se dão por inferência.

4.1. A importância do processo inferencial na articulação hipotática justaposta

Segundo a gramática cognitiva, que defende a linguagem como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana no mundo, as estruturas frasais não-centrais se relacionam com estruturas centrais em que a relação entre forma e significado é regular e direta, originando a correspondência entre a forma e o significado que apresentam. Sendo assim, as partes de uma estrutura sintática se relacionariam em duas estruturas: uma linguística e uma outra do significado, construído dentro dos múltiplos contextos em que um sujeito possa estar inserido, e não

de forma pré-concebida, sendo a linguagem o meio pelo qual se faz esta construção de mundo em contextos discursivo-situacionais. Essa análise dos fenômenos linguísticos se dá, então, a partir das relações entre linguagem, cognição e contexto de uso real.

Em uma abordagem de caráter funcional-discursivo, Rodrigues, Santos e Matos (2006:139) ressaltam que

uma cláusula adverbial, além de uma função gramatical, tem uma função discursiva. Considera-se que a combinação de orações envolve o aspecto da organização do discurso.

Como se vê, independente da proposta teórica adotada, não se pode desprezar o contexto discursivo ao se considerar uma estrutura específica sob pena de prejuízo de seu significado. É um processo que se dá na relação com o meio, formando conexões que estruturam o raciocínio naquela situação específica.

Moura Neves (2006:18-19) considera que um dos principais modelos funcionalistas é o de Halliday (1985), quando este fixa a noção de ‘função’ como o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, visto que o enunciado parte das escolhas do falante para atender a um propósito específico na produção de significado.

Ser funcional, então, é depreender “como a linguagem é usada”, ou seja, perceber que tudo o que é dito ou escrito aparece em algum contexto de uso. Dessa forma, a linguagem se desenvolveu para satisfazer as necessidades humanas, e o modo como ela se organiza é funcional com respeito a essas necessidades (Halliday 1985: xiii).

4.2. Relação de sentido entre partes sem conectivos: a importância do contexto

As relações de sentido se dão dentro dos múltiplos contextos em que um sujeito possa estar inserido, sendo a linguagem o meio pelo qual se faz esta construção em contextos discursivo-situacionais.

Conforme visto em 3.1, a formação de sentido é um processo que se dá na relação do sujeito cognoscente com o meio, devendo, assim, se observar o emolduramento que sofre tal processo tanto pelo contexto como pelas práticas sociais e comunicativas, o que se opõe à visão tradicional centrada no sujeito individual e isolado.

Considerando a linguagem como uma forma de expressar como se entende o mundo, é possível que se tenha uma noção mais ampla da importância da interação individual com o coletivo, pois o sujeito vai construindo seu mundo num processo de constante interação social.

Apesar do Funcionalismo não adotar um modelo cognitivista de gramática, ele leva em conta o conhecimento do falante, sua competência comunicativa, linguística e seu conhecimento de mundo, que interagem tanto com o componente cognitivo como com o comunicativo.

Na visão funcionalista de cognição, a linguagem reflete processos gerais de pensamentos que os indivíduos elaboram ao criar significados, adaptando-os às diversas situações de interação social. Dessa forma, os conceitos humanos associam-se à época, cultura e inclinações individuais apontadas no uso da linguagem. O processo cognitivo se dá considerando a subjetividade e a singularidade do indivíduo como uma construção discursivo-situacional (cf. Cunha, 2006:158).

4.3. A articulação hipotática por justaposição

Analisando estratégias de propaganda, Decat (2001:134) observa que:

O ‘ponto forte’ dessa estratégia – a *combinação hipotática por justaposição* – reflete uma opção organizacional, isto é, opções de uso, um ‘arranjo’ do discurso, de que se vale a propaganda para atingir o objetivo comunicativo.

O uso estratégico de cláusulas hipotáticas justapostas anteriormente citado por Decat (2001) pode ser conferido em apelos publicitários do tipo:

1. Comprou, ganhou! (Para produtos que trazem brindes anexos)
2. Leve três, pague dois. (Para produtos que vêm em embalagem tripla)
3. Abriu, tá pronto! (Para produtos que dispensam cozimento)
4. Usou, ganhou! (Geralmente, para estimular o uso de cartões bancários)

Pode-se depreender, assim, a relação de condicionalidade em (1): Se comprar, ganha!, e em (2): Leve três, se pagar dois; uma relação de tempo em (3): Logo que se abre, está pronto!, e de causa em (4): Porque usou, ganhou!.

O caráter adverbial implícito de algumas construções justapostas pode ser observado também nas construções a seguir, retiradas do livro *Provérbios & máximas em 7 idiomas*, em que se mostram, por meio de paráfrases, as relações sintático-semânticas do tipo [se P, então Q], [embora P, então Q], [quando P, então Q]. Logo após o quadro, seguem-se as interpretações das fórmulas fixas:

QUADRO 6 - O caráter adverbial implícito em construções proverbiais justapostas

Fórmula Fixa	Paráfrase	Relação
1. Abre a tua bolsa, abrirei a minha boca.	Se abrires a tua bolsa, abrirei a minha boca.	Condição
2. Ajoelhou, tem que rezar.	Se ajoelhar, tem que rezar.	Condição
3. Barriga cheia, cara alegre.	Se a barriga está cheia, a cara fica alegre.	Condição
4. Cachorro que ladra, não morde.	Embora ladre, o cachorro não morde.	Concessão
5. Cabeça vazia, oficina do diabo.	Quando a cabeça está vazia, vira oficina do diabo.	Tempo
	Se a cabeça está vazia, vira oficina do diabo.	Condição
	Porque a cabeça está vazia, vira oficina do diabo.	Causa
6. Boa mocidade, boa velhice.	Se a mocidade é boa, a velhice será boa.	Condição
7. A soldado novo, cavalo velho.	Porque o soldado é novo, recebe cavalo velho.	Causa
	Se o soldado é novo, recebe cavalo velho.	Condição

Interpretações das fórmulas fixas:

1. O dinheiro é capaz de comprar informações.
2. Quem se compromete a fazer algo, deve levar sua palavra a termo.
3. O alimento faz com que o humor melhore.
4. Quem muito fala e promete, nada cumpre.
5. Quem não tem ocupação acaba se metendo em encrencas.
6. Ter uma vida regrada e saudável na juventude antecede uma velhice boa.
7. Quem é novato em alguma atividade deve se esforçar para alcançar um posto melhor.

Logo, é possível observar pelas paráfrases das construções anteriores que o caráter adverbial implícito entre as partes se mantém independente da presença do

elemento conjuntivo. Nesse sentido, a articulação hipotática por justaposição seria uma opção organizacional do discurso em que importa mais o tipo de proposição relacional (inferência) que emerge da articulação das partes da construção, do que a presença de um conectivo formal entre elas (cf. Decat, 2001:121).

Conforme exposto em 3.2, é o contexto que definirá a natureza da proposição relacional, fato que se confirma no caso do exemplo 5, no quadro anterior, em que se pretende mostrar o caráter adverbial implícito nas construções proverbiais justapostas. A construção “*Cabeça vazia, oficina do diabo*” apresenta três possibilidades de proposição relacional: de tempo, de condição e de causa, que só poderá ser definida ao se considerar o contexto discursivo em que estiver inserida. Esse fato também pode ser observado no caso 7, pois a construção “*A soldado novo, cavalo velho*” admite tanto a proposição relacional de condicionalidade quanto a de temporalidade.

Outro exemplo da importância do contexto na definição da proposição relacional que emerge nas construções justapostas pode ser obtido no texto [X] do *corpus*, exposto em 6.2, cujo contexto aponta para uma relação de temporalidade: “*Quando a cabeça está vazia, vira oficina do diabo*”.

A importância do contexto na definição da proposição também fica evidente em 7.2, nos casos dos textos [VIII] e [IX] do *corpus*, quando a proposição da construção reescrita “*Casa de ferreiro, espeto de ferro*” se define, pelo contexto discursivo, como causal para aquele e condicional para este.

Assim, para análise das construções prototípicas deste trabalho, adota-se o conceito de justaposição como o modo pelo qual as cláusulas são dispostas em construções em que a relação de circunstância entre elas é percebida por processos inferenciais e não somente pela ausência do conectivo, como formalmente caracteriza a

tradição gramatical. Contudo, “o que vai decidir qual aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo, conforme abordado em 4.2 e ratificado em 7.2, bem como a função discursiva da cláusula hipotática adverbial, esteja ela justaposta ou com conectivo conjuntivo” (cf. Decat, 2001:139).

5. RELAÇÕES HIPOTÁTICAS COM OU SEM CONECTIVOS

Afirmam Hopper & Traugott (1993:177) que as línguas dispõem de uma ampla variedade de técnicas para ligar cláusulas. Tais técnicas variam de formas e expressões, que vão desde itens lexicais até afixos que indicam subordinação, cuja origem é completamente desconhecida, embora generalizações significantes sobre seu surgimento possam ser feitas.

Para Paul (1986, *apud* Gonçalves *et ali.*, 2007:92), as conjunções (ou “palavras de ligação”, em sua terminologia) derivam historicamente de advérbios conjuncionais ou de alguns usos de pronomes conjuncionais, itens que já serviam para ligar orações antes mesmo de se formarem em conjunções propriamente ditas.

Esse papel de advérbios e pronomes na formação de conectivos também é defendido por Said Ali (1964, *apud* Gonçalves *et alii*, 2007:92), quando este afirma que “serviram para este fim advérbios (...) e também pronomes do tipo relativo-interrogativo”, e por Câmara Jr. (1975, *apud* Gonçalves *et alii*, 2007:92), quando este afirma que “geneticamente, a conjunção coordenativa é sempre um advérbio”.

Para Koch (1992:85), existem dois tipos básicos do que a autora chama de elementos de conexão interfrástica: os “conectores de tipo lógico” e os “encadeadores de tipo discursivo”. Enquanto aqueles apontam o tipo de relação lógica que o locutor estabelece entre o conteúdo de duas proposições, estes estruturam os enunciados em textos por meio de encadeamentos sucessivos. No entanto, em ambos os casos, evidencia-se que tanto o uso de “conectores de tipo lógico” quanto de “encadeadores de tipo discursivo” são opções de uso do falante para atender a seus objetivos comunicativos em dada situação.

Mesmo não sendo objeto deste trabalho de pesquisa, cabe ressaltar o fato de

muitos dos elementos usados na articulação de orações estarem envolvidos em processos de gramaticalização¹⁵. De acordo com o comportamento desses elementos nos enunciados, verifica-se que eles podem ser colocados em vários pontos de escalas, segundo os diferentes estágios em que se encontram no processo que leva ao estatuto de “conjunção” (cf. Moura Neves, 2006:259).

Assim, na gramaticalização, os processos de acomodação sofridos por entidades da língua levam a uma organização que reflita o complexo de relações existentes na base, sendo uma extensão gradual do uso de uma entidade original sem envolver princípios especiais com referência única à morfossintaxe, mas como um subconjunto dos processos de mudança da linguagem em geral.

Quanto a isso, Barreto (1999) faz um percurso relativo à origem das classes de palavras que vai desde a visão dos gregos, perpassa a Idade Média, o Renascimento, chega ao século XIX e, por fim, a autores mais atuais. Nesse sentido, é importante localizar a classe das conjunções no conjunto das demais classes de palavras e, sobretudo, verificar não só a concepção de diversos autores a respeito dessa classe, através dos tempos, mas também, a função por eles atribuída aos itens conjuncionais, ao lado de outros elementos conectores (Barreto, 1999:168)

Sobre elementos conectivos, consideram Halliday & Hasan (1976:227, *apud* Moura Neves, 2006:223) que

a **conjunção** ou **junção** é um **processo textual de relação semântica** pelo qual se especifica a conexão entre o termo antecedente e o posterior em um enunciado; conexão que abrange diversos tipos de estruturação de superfície. (grifo nosso)

¹⁵ Caminho percorrido por uma palavra, ao longo do qual ela muda de categoria sintática, recebe propriedades funcionais na oração, sofre alterações semânticas, morfológicas e fonológicas, e inclusive desaparece, como consequência de uma cristalização extrema (Castilho, 2002:128).

Os autores consideram, de um modo geral, quatro tipos de conjunção ou junção: aditiva (incluindo alternativa); adversativa; causal (incluindo razão, propósito, resultado, etc.) e temporal. Essas conjunções se estabelecem tanto no conteúdo do que está sendo dito – maior ligação com a função experiencial da linguagem – como no desenvolvimento da argumentação – maior ligação com a função interpessoal da linguagem.

Portanto, trata-se de um conjunto de relações semânticas entre orações, explicitadas por elementos ditos ‘conjuntivos’, como as conjunções¹⁶. Entretanto, os elementos conjuntivos não são coesivos por si mesmos, mas de forma indireta, pois o significado deles pressupõe a presença de outros elementos no discurso (cf. Moura Neves, 2006: 223).

Assim, na análise funcionalista, os elementos conectivos apresentam os níveis predicacional (complementos sintáticos), proposicional (semântico) e ilocucional (pragmático), além dos diversos ângulos que envolve a atividade linguística, incorporando seus elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos (cf. Moura Neves, 2006: 226).

Em seguida, tem-se um quadro com algumas conceituações segundo as quais os elementos conectivos derivariam de advérbios:

QUADRO 7: ELEMENTOS CONECTIVOS DERIVADOS DE ADVÉRBIOS

Autor	Conceito
Paul, 1986	“palavras de ligação” que derivam historicamente de advérbios conjuncionais ou de alguns usos de pronomes conjuncionais.
Said Ali, 1964	“serviram para este fim advérbios (...) e também pronomes do tipo relativo-interrogativo”
Câmara Jr., 1975	“geneticamente, a conjunção coordenativa é sempre um advérbio”.

¹⁶ Pelo fato do termo conjunção não atender mais a relação desses elementos, para fins deste trabalho, adota-se a expressão **elementos conjuntivos** por esta abarcar grande número de conectores intrafrasais.

5.1. Os elementos conjuntivos nas relações hipotáticas

Nas relações hipotáticas, os elementos conjuntivos têm natureza distinta da natureza dos elementos que estabelecem a subordinação nas chamadas orações substantivas e nas adjetivas restritivas. Tal fato pode ser observado pelo grande número e pela facilidade de criação de novas locuções que exercem o papel de articuladores de relações hipotáticas.

Outro fator relevante no que tange à natureza dos elementos conjuntivos nas relações hipotáticas é o fato de na língua não ter havido formação de conjunções nem de locuções conjuntivas gramaticalizadas integrantes, o que é comum na hipotaxe, ou seja, na articulação entre cláusulas nucleares e cláusulas adverbiais (cf. Moura Neves, 2006:258-259).

Assim, a natureza dos elementos conjuntivos na hipotaxe explica-se pela própria natureza das relações entre si, em uma visão funcional-discursiva, e não pela sua estrutura, como na visão tradicional. A articulação das cláusulas hipotáticas, então, está sujeita à organização discursiva, e não à integração sintática, visto que a hipotaxe é um tipo de articulação de cláusulas em que é possível verificar como se dá a relação núcleo-satélite, sendo as cláusulas adverbiais a parte periférica.

Portanto, as opções organizacionais do discurso refletem a decisão do usuário da língua ao transmitir as proposições implícitas e ao relacionar as explícitas. O parâmetro esclarecedor das relações entre as estruturas articuladas é a posição da cláusula hipotática, que se dá segundo a sua função discursiva (cf. Decat, 2001:140).

5.2. Relações hipotáticas implícitas

Com vistas à relação que existe entre cláusulas que se articulam entre si, Mann & Thompson (1983 e 1985) e Thompson & Mann (1987, *apud* Decat, 2001:120) trabalham com a noção de proposições implícitas – a que chamam de proposições relacionais – que constituem inferências¹⁷ que emergem da articulação de cláusulas e servem para relacionar duas cláusulas, quer estejam, ou não, adjacentes, podendo servir de base para outras inferências.

Logo, não se trata de relações explicitadas por um **conectivo conjuntivo** (nos termos de Decat, 2001:121), pois o significado da inferência pode não ser explicitado mesmo com a presença deste. Para Thompson e Mann (1987, *apud* Decat, 2001:120), então, a maneira como as cláusulas se articulam é um reflexo da organização discursiva como um todo, pois entre elas estariam as mesmas relações presentes na totalidade do discurso, como antes exemplificado em 3.3.

Assim, para Decat (2001:122), fica clara a diferença de proposição relacional entre os casos que se seguem. Por exemplo, (1) aponta para uma relação de condição, conforme a paráfrase: *Eu levava uns travesseirinhos caso não tivesse ônibus leito.*; (2) é exclusivamente temporal: *Quando eu fui falar, eu já estava empregado.*

- (1) ...claro que eu levava uns travesseirinhos **quando não tinha LEItO**
ônibus LEItO...essas coisas (NDO4F,15,272-274)

Paráfrase: Eu levava uns travesseirinhos **caso não tivesse ônibus leito.**

¹⁷ 'O significado que emerge', nos termos de Decat (2001:120).

- (2) Então **quando eu fui falar** eu já tinha...já tava empregado
(NDO3M,12,428-430)

Paráfrase: **Quando eu fui falar**, eu já estava empregado.

A análise tradicional da conjunção, portanto, não é suficiente para a decisão de qual das inferências é predominante, pois isso só se dá no nível do discurso. No caso específico do “quando”, pode estar ocorrendo o esvaziamento semântico desse elemento conjuntivo, tanto na oralidade quanto na língua escrita. Dessa forma, afirma Decat (2001:123-124) que:

a perda da carga lexical por parte do conectivo conjuntivo vem não só corroborar a postulação de que a relação adverbial é dada pela proposição relacional que emerge entre as cláusulas, como também reforçar a relevância de uma análise que leve em conta tais inferências.

Além disso, mesmo nos casos em que não é possível recuperar o conectivo, isso não impede que a relação adverbial se dê na articulação das cláusulas, como exemplifica Decat (2001:133):

- (3) aí eu deitei...eh apaguei a luz... **acabei de estudar** apaguei a luz
(NDO8F,30,1144-1145)

Paráfrase: **Quando acabei de estudar**, apaguei a luz.

- (4) **tinha que ter um assunto qualquer** e eu peguei esse
(NDO7M,19,692-696)

Paráfrase: **Porque tinha que ter um assunto**, eu peguei esse.

Logo, a ausência do conectivo não desfaz a relação circunstancial de tempo existente em (3), demonstrada pela paráfrase: ***Quando acabei de estudar***, apaguei a luz, nem a relação circunstancial de causa que emerge em (4), o que se confirma pela paráfrase: ***Porque tinha que ter um assunto***, eu peguei esse, evidenciando o que se chamou anteriormente, em 4.3, de **articulação hipotática por justaposição**.

Importa, desse modo, o tipo de proposição que emerge da articulação de cláusulas, e não a marca lexical dessa relação, pois o reconhecimento da relação hipotática se dá mesmo com a ausência do conectivo conjuntivo. Portanto, se importa o tipo de proposição emergente e não necessariamente a presença do conectivo conjuntivo para que se determine a inferência predominante na articulação hipotática, então, as proposições existem independentemente do item lexical, confirmando, assim, a existência da relação hipotática (adverbial) por justaposição (cf. Decat, 2001:131).

6. AS CONSTRUÇÕES PROVERBIAIS: GÊNERO E TRADIÇÃO DISCURSIVA

Ao discutir gêneros de textos, Bronckart (1999:137) considera o texto como toda unidade de produção verbal que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência em seu destinatário, o que o torna uma **unidade comunicativa**. Ainda, segundo o autor, na escala sócio-histórica, os textos são produtos da atividade de linguagem em uso permanente nas formações sociais por conta de seus interesses, objetivos e questões específicas, constituindo espécies diferentes de textos, com características quase estáveis, justificando serem chamados de **gêneros de textos**.

Os provérbios sempre fizeram parte das culturas humanas desde suas mais remotas origens. Os hieróglifos do antigo Egito já registravam a ocorrência de provérbios; partes do saber de Sócrates e Aristóteles estão expressas na forma de provérbios; a Bíblia contém milhares de provérbios; muito do que se sabe da milenar cultura chinesa foi transmitido ao longo de gerações na forma de provérbios; e o alcorão é a maior fonte de provérbios árabes.

Logo, os provérbios tipificam a cristalização dos produtos das relações humanas com o meio, relações estas elaboradas e negociadas pelas gerações precedentes, como em uma construção histórica permanente (cf. Bronckart, 1999:38).

6.1. Fórmulas fixas e unidades informacionais

Geralmente, identifica-se uma construção como uma unidade linguística maior do que uma palavra. Com base nos trabalhos construcionistas¹⁸ de Fillmore (1985 *apud* Ribeiro, 2007:55), Goldberg (1995 *apud* Ribeiro, 2007:55), Kay & Fillmore (1999 *apud* Ribeiro, 2007:55) e Croft (2001 *apud* Ribeiro, 2007:55), Ribeiro (2007:55) ressalta que todas as construções da língua, mesmo as mais marginais e idiomáticas, podem e devem ser sistematicamente descritas tendo em vista suas propriedades sintáticas, semânticas e idiomáticas, podendo e devendo ser sistematicamente descritas considerando suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas.

As construções já convencionalizadas pelo uso, cujo significado não pode ser extraído unicamente da significação isolada ou conjunta de suas partes, recebem o nome de **fórmulas fixas**. Dentro desse conceito, visto a relação entre as partes da construção prototípica deste trabalho: “Casa de ferreiro, espeto de pau”, por exemplo, parece que a mesma não ter relação com o seu significado: “*agir de forma diferente do que se propaga como ideal*”, caracterizando-a como uma fórmula fixa (cf. Ribeiro, 2007:56).

Assim como os teóricos construcionistas, que dividem as fórmulas fixas em três níveis: sintático, semântico e pragmático, Ribeiro (2007:55) explica que, no nível sintático, a convencionalidade dessas fórmulas ocorre em termos de configuração formal, isto é, diz respeito à consagração em termos de combinação e de ordem, caso em que se inserem as construções proverbiais de caráter circunstancial.

¹⁸ Para a gramática de construções, uma construção é uma unidade com forma e significado, cujos aspectos de sua forma e de seu significado nem sempre estão previstos pelos elementos individualmente presentes em sua composição, nem por outras construções preexistentes na língua (Goldberg 1995:4 *apud* Ribeiro, 2007:55).

Para fins de ilustração, a autora destaca que a fórmula fixa “*Ter a faca e o queijo na mão*”, por já ter sido consagrada pelo uso, acaba por não admitir a substituição de um dos termos da construção por um vocábulo de significado semelhante, como, por exemplo: “*Ter o talher e o queijo na mão*”. Por sua vez, a ordem também resulta de convenção quando parece estranho dizer: “*Ter o queijo e a faca na mão*”. Da mesma forma, também pode ser fruto de convenção o significado suscitado a partir de imagem instaurada por uma fórmula fixa, como é o caso de “*pôr água na fervura*”, cuja imagem aponta para “*apaziguar os ânimos*”.

Assim, mesmo fora de contexto, os enunciados cristalizados recriam a situação em que estão inseridos. Por exemplo, a frase “*Roupa suja lava-se em casa*” denominaria para o interlocutor que há uma pessoa alertando a outra sobre a qualidade da “discrição”. *De modo geral, máximas, frases feitas e provérbios exemplificam, exatamente, o que estamos descrevendo como unidades linguísticas convencionais ou fórmulas fixas* (cf. Ribeiro 2007:57) (Grifo nosso).

Com relação à construção gramatical, Lakoff (1987:467) afirma que se trata de “um par forma-sentido (F, S), em que F é um conjunto de condições da forma sintática e fonológica, e S é um conjunto de condições de significado e uso”. Portanto, as construções seriam as *estruturas de sintagmas estabilizados*, ou *fórmulas fixas*, como lexemas e expressões idiomáticas, segundo os próprios estudos de Lakoff (1987); Fillmore (1979, *apud* Lakoff, 1987:467) e Langacker (1987, *apud* Lakoff, 1987:467).

Cabe ressaltar também que Erman e Warren (1998:3, *apud* Dias, 2002:114), em seus estudos sobre o ensino de expressões idiomáticas a falantes não-nativos do inglês, argumentam que as línguas estão repletas de palavras agrupadas que são usadas como um item lexical único, que os autores chamam de *prefabs* – unidades pré-fabricadas –,

isto é, uma combinação de pelo menos duas palavras escolhidas pelos falantes nativos em detrimento de outras combinações alternativas, que seriam equivalentes caso não houvesse a convencionalização.

O usuário da língua, então, tem a sua escolha um vasto número de expressões pré-fabricadas, já memorizadas, que constituem escolhas únicas, embora possam parecer passíveis de análise segmentada (Warren, 2008:2). Um exemplo disso, em língua portuguesa, seria a unidade pré-fabricada “*enfiar o pé na jaca*”, pois mesmo com a possível análise isolada de cada termo, é somente como expressão única que seu sentido – “exceder-se em algum comportamento ou atitude” – se concretiza, também não sendo possível uma outra combinação alternativa, como, por exemplo, “*enfiar o pé na maçã*”, devido à convencionalização.

Hopper (1998:166, *apud* Warren, 2008:2) opõe-se à abordagem geral que acentua a singularidade de cada expressão como se fosse completamente nova e sugere que a linguagem cotidiana, na sua quase totalidade, é construída de partes pré-fabricadas.

Além disso, segundo Warren (2008), destaca-se a questão da economia de esforço no uso da língua. Para a autora, recuperar mais ou menos combinações de palavras exige menos esforço mental que compor, no momento do uso, uma nova expressão palavra por palavra, daí o uso das unidades pré-fabricadas.

Quanto ao caráter semântico das construções analisadas, Chafe (1988:22-23) chama de “*unidade informacional*” toda a informação passível de manipulação pelo falante em um único foco de *consciousness* – ou “estado de consciência” (Kato, 1985:35, *apud* Decat, 1999:28) – que estaria contido nessas unidades.

Portanto, a unidade informacional, sendo um bloco de informação, expressa o que está na “memória de curto termo”, noção que explicaria o comportamento de certas orações adverbiais que aparecem desligadas da oração núcleo (ou matriz) – chamadas de orações ‘desgarradas’ por Decat (2007:139).

Se uma cláusula não constituir um enunciado, portanto, não poderá ser chamada de unidade de informação, pois precisa estar estruturalmente encaixada em outra. Ao contrário, se uma cláusula por si só constitui uma unidade de informação, ela será uma construção hipotática, ou seja, uma opção de organização do discurso.

Dessa forma, sendo as construções proverbiais justapostas entendidas como lexias de leitura fixa, ou fórmulas fixas, no sentido de expressões pré-fabricadas, que são unidades linguísticas sintática, semântica e pragmaticamente convencionalizadas, pode-se considerar a existência de duas “unidades informacionais” na construção prototípica, ou seja, na fórmula fixa “*Casa de ferreiro, espeto de pau*”, a saber: “Casa de ferreiro” e “espeto de pau”, que se justapõem numa relação hipotática em que a força argumentativa se evidencia pelos seus contextos de uso e seu caráter, por vezes moralizante, por vezes didático, conforme análise a ser exposta em 7.2.

6.2. Provérbio: historicidade e tradição discursiva

Os provérbios constituem construções que apresentam um conteúdo moralizante, formando enunciados tomados como de aplicação universal e tendo seu uso exclusivamente nas relações sociais. Ferreira (2008:402) define provérbio como “*sentença de caráter prático e popular, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens; máxima, dito, ditado, refrão, rifão, anexim, adágio*”. Geralmente, os

provérbios não trazem registro de data ou autor, somente a sabedoria e o uso popular os mantêm em uso.

Em toda a história dos provérbios, a sabedoria prática contida neles vem da experiência das pessoas mais velhas, pois são elas que, em sua vivência acumulada no decorrer dos anos, repetem às gerações mais jovens estas fórmulas transmissoras de saber, expressando a sabedoria popular acumulada no tempo e passada de uma geração à outra.

Encerra-se aí, portanto, uma dupla dimensão: a pré-compreensão e a historicidade, possuindo as estruturas proverbiais também uma dimensão espaço-temporal no momento em que se difundem de um lugar para outro, transpõem as distâncias geográficas e atravessam os séculos.

Para Souza (2001, xii),

o provérbio aplica-se a toda maneira antiga aguda, sucinta e metafórica de exprimir verdades palpáveis de conteúdo moral ou prático e de veiculação popular, revestindo-se, com uma aparente simplicidade, de componentes bastante diversos.

O provérbio expressa um pensamento, uma opinião, um conselho, uma advertência, um princípio, um ensinamento, uma norma de conduta. É a expressão linguística do fazer e do viver humano. Faz parte da tradição de um povo como algo universalmente aceito, como verdade indiscutível, como evidência incontestável.

Em termos de função comunicativa, o provérbio é cheio de significados, apresenta expressões bem formadas que se estruturam em frases curtas, de estrutura binária, permitindo que estes se gravem facilmente na memória e sejam repetidos nas diversas situações interativas de uma comunidade.

Nesse sentido, o provérbio abrange as nuances peculiares da cultura de cada povo, entra no domínio da coletividade e passa a integrar a tradição oral popular,

explicitando verdades na forma linguística de cada povo.

O provérbio surge de uma tradição discursiva oral que Seiler (1922, *apud* Jolles, 1976:137) chama locução proverbial, dependendo sua atualização de algum indivíduo para que se transforme então em um gênero. Portanto, a locução proverbial guardaria as características de uma tradição que se atualizaria em um gênero textual chamado provérbio, ou seja, nesta visão o gênero é o emprego universal, coletivo e atualizado de uma tradição que surge de uma locução individual. Como exemplo de tal tradição, Jolles (1976:138) cita a locução proverbial “*tempestade num copo d’água*”, atribuída a Montesquieu, que sofrera algumas atualizações até sua atualização final como provérbio universal.

Ao ser atualizado, o provérbio põe à luz algo que é verdade previamente existente na mente humana. O seu “estar prévio” na mente de cada indivíduo possibilita-lhe, assim, aceitabilidade universal, pois a verdade por ele traduzida estende-se no tempo e aos mais variados lugares, aplicando-se a muitos indivíduos. Mesmo se propagando também pela forma escrita, é por excelência na oralidade que as construções proverbiais preservam sua expressão mais forte.

No intuito, então, de verificar até que ponto os provérbios estariam se atualizando segundo o conceito de Kabatek (2004: 8) para tradições discursivas como “*a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio*”, foi preparado um questionário para uso específico nesta verificação, entendendo-se que o conceito citado anteriormente inclui qualquer intencionalidade comunicativa e/ou conteúdo expressos em formas que, pela sua repetição, “*estabelecem uma relação de união entre atualização e tradição*” (op.cit.), como agradecimentos, cumprimentos, informações etc.

No anexo deste trabalho, estão os questionários aplicados a um grupo de dez jovens, entre 15 e 19 anos, de escolas públicas e particulares, que permitiram atestar, mesmo em pequena amostra, uma possível resposta para a questão aqui levantada. Nestes questionários, procurou-se verificar tanto o conhecimento de provérbios a partir da construção “Quem não tem cão, caça com gato”, como o uso desta ou similares entre os usuários mais jovens.

Os questionários foram aplicados aleatoriamente na saída das escolas e o resultado obtido a partir das respostas dos alunos que frequentam o ensino médio – 40% do sexo masculino e 60% do sexo feminino - foi o seguinte: 100% dos entrevistados souberam interpretar o provérbio de forma adequada ao seu significado; 40% costumam ouvir provérbios ditos pela mãe; outros 10% dos alunos ouvem do pai; 30% dos estudantes ouvem a avó utilizar provérbios em seus discursos; e 20% nunca ouvem esse tipo de construção de ninguém. 50% dos que responderam à enquete disseram ouvir o provérbio “Quem não tem cão, caça com gato” em situações em que é preciso se adaptar a alguma situação inusitada, ou usar um produto em lugar de outro; 30% dos resultados obtidos revelaram o uso em situações de conteúdo moralizante e/ou didático, em que se quer chamar a atenção dos jovens para alguma lição de vida; e 20% não responderam. Quando perguntados sobre conhecer outro provérbio com o mesmo significado do apresentado, 80% deram resposta negativa; 10% deram o exemplo “Quem não tem colírio, usa óculos escuros”; e 10% citaram “Quem pode, pode, quem não pode bate palma”. Quanto a conhecerem outro provérbio, 90% dos entrevistados citaram outros tipos de construções proverbiais diferentes da matriz do questionário, e apenas 10% não conhecia nenhum outro. Quando questionados se aprenderam os provérbios por meio de leitura ou por ouvir alguém falá-los, 100 % dos entrevistados atestaram que os

aprenderam pela oralidade. Porém, com relação ao uso de provérbios por amigos da mesma idade, 70% responderam que seus amigos não usam tais construções, 10% responderem que os amigos de seu convívio não os usam muito e 20% responderam que há uso de provérbios por jovens amigos.

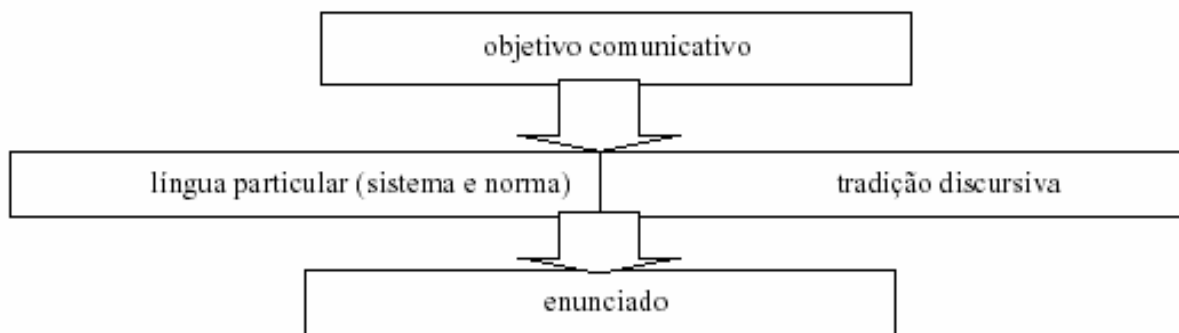
Assim, constatou-se que apesar das construções proverbiais não serem de uso constante entre usuários jovens, estes têm acesso a elas por meio de pessoas mais velhas, que fazem uso dessas fórmulas fixas na oralidade, com ou sem o caráter moralizante que lhes é peculiar.

Após essa avaliação prática, partiu-se para o exame do acervo proverbial nas modernas línguas ocidentais, o qual mostra a semelhança de conteúdo e de forma entre as construções, apontando para uma fonte única de origem na língua latina, remetendo ao que fora exposto por Kabatek (2005: 161). O autor afirma que

uma primeira abordagem poderia entender então as tradições discursivas como modos tradicionais de dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou uma forma literária complexa...*O traço definidor das tradições discursivas é, então, a relação de um texto em um momento determinado da história com outro texto anterior: uma relação temporal com repetição de algo.* (Grifo nosso)

Como “algo”, o autor entende a repetição do texto inteiro ou simplesmente a repetição parcial ou, até mesmo, a ausência total de repetição concreta, havendo somente a repetição de uma forma textual. Para ele, uma tradição discursiva implica sempre a repetição de algo no tempo, mas o contrário não é certo: nem todas as repetições de algo são tradições discursivas.

Kabatek (2005: 161) ainda apresenta o processo comunicativo de escolha do enunciado no seguinte gráfico:

Gráfico 1: Processo comunicativo de escolha do enunciado

Dessa forma, os enunciados, tanto escritos quanto falados, estão submetidos, concomitantemente, a dois filtros. Por um lado, o falante/escritor estabelece escolhas dentro do conjunto de regras e itens linguísticos disponíveis numa língua em particular e, por outro lado, ele submete a sua produção linguística ao filtro das tradições discursivas que lhe permitirá escolher o gênero textual que melhor se adapte ao seu objetivo comunicativo dentro do seu domínio discursivo.

6.3. Provérbio: gênero textual e domínio discursivo

Percebe-se, então, uma abordagem que trata a língua em níveis discursivos e enunciativos, e não necessariamente em seus aspectos formais, dando à língua uma consideração de atividade social, histórica e cognitiva. Tais considerações proporcionam também aos gêneros textuais uma carga sócio-cultural construída nos vários contextos de uso na comunicação humana, sendo parte da própria evolução do homem.

Quanto ao contexto de uso, define-o Tomasello (2003:136) como “*uma espécie de meio-de-campo – um meio-de-campo essencial de realidade socialmente compartilhada – o mundo perceptual mais amplo e o mundo linguístico menos extenso*”.

Dessa feita, os vários gêneros textuais se constituem como ações sócio-discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, ou seja, seriam os elos entre um mundo a significar e o mundo significado. Os gêneros textuais oportunizam o próprio uso da língua nos mais variados contextos, incluindo os mais diferentes usos linguísticos dentro de gêneros também os mais variados possíveis. Sem desprezo da forma, cada gênero, então, apresenta características próprias de enunciação, de contexto enunciativo e de intencionalidade discursiva.

Afirma Bronckart (1999:103) que *“a apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas”*, assumindo uma posição da qual compartilham muitos autores de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Os gêneros são, então, instrumentos mediadores das atividades dos seres humanos no mundo.

Importa destacar que Bronckart (1999:15) abandona a noção de tipo de texto, adotando a de gênero de texto e de tipo de discurso. Os gêneros, considera o autor, são formas comunicativas (romance, editorial, etc.) postas em correspondência com as unidades psicológicas, que são as ações de linguagem. Quanto aos tipos de discurso (narração, discurso teórico, etc.), Bronckart (op.cit.) os considera como formas linguísticas mais específicas que entram na composição dos gêneros.

Também segundo Marcuschi (2002:22), é importante que se faça uma distinção entre gênero textual e tipo textual. Este apresenta uma construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição, ou seja, os aspectos lexicais e sintáticos, os tempos verbais e suas relações lógicas. Cada tipo textual possui pistas linguístico-discursivas características e as sequências linguísticas são norteadoras em sua

decodificação.

Quanto ao gênero, o autor afirma que o compõem os textos encontrados em nossa vida diária, formando um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas e que apresentam características sócio-comunicativas definidas determinadas pelo canal, conteúdo, estilo, função e composição.

Com relação à diversidade, continua Marcuschi (2002), os tipos textuais abrangeriam algumas poucas categorias conhecidas como: narração, descrição, argumentação, exposição, injunção; enquanto os gêneros são inúmeros textos materializados que encontramos em nosso dia-a-dia, inclusive os provérbios e máximas populares.

Em contrapartida, Bronckart (1999:137) sustenta que, no contexto sócio-histórico, os textos são produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis – **gêneros de textos** – que ficam disponíveis para os contemporâneos e para as gerações posteriores.

Já o domínio discursivo, Marcuschi (2002:23) o define como “*uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana que não seriam textos nem discursos, mas proporcionariam o aparecimento de discursos bem específicos*”. Os domínios discursivos englobam as atividades enunciativo-discursivas de esferas sociais específicas, ou seja, o religioso, o político, o jornalístico não são gêneros, mas originam vários deles. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bem específicos. São, então, as atividades sociais que dão origem a vários deles, constituindo práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um

conjunto de gêneros textuais.

Os domínios discursivos são as grandes esferas da atividade humana em que os gêneros, como entidades comunicativas que são, circulam em situações de comunicação bem definidas e reais. Quanto aos provérbios, defende Jolles (1976:129) que “numerosos provérbios se originam em meios profissionais bem definidos: máximas militares, anexins do artesanato ou do campesinato, provérbios estudantis”, ou seja, em domínios discursivos próprios, o que reforçaria a importância da interatividade na construção de sentido em tais estruturas.

7. PRODUZINDO SIGNIFICADO

Entender que a linguagem não é autônoma seria, pois, não separar o conhecimento linguístico do conhecimento extralinguístico, porquanto o conhecimento de mundo se liga às formas linguísticas. Nessa visão, a linguagem é estudada como um sistema para categorizar o mundo, refletindo as capacidades cognitivas gerais e a experiência individual, social e cultural dentro do processo interacional que envolve os interlocutores.

A princípio, a linguagem humana se apresenta como uma produção interativa associada às atividades sociais. Portanto, primariamente, a linguagem é uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de caráter comunicativo ou pragmático (Bronckart, 1999:34).

A proposta funcionalista para uma construção de sentidos se opera no fazer do texto, subordinando-se o exame das manifestações linguísticas ao cumprimento das funções linguísticas, por via da consideração dos propósitos que fundamentam os usos

da linguagem (Moura Neves, 2006:27).

Dentro dos estudos semânticos, afirma Austin (1965, *apud* Silva, 2005:13) que

a linguagem deve ser tratada como uma forma de ação e não de representação da realidade. O sentido de um enunciado não pode ser estabelecido apenas através da análise de seus elementos constituintes. Ao contrário, são as condições de uso do enunciado que determinam o seu significado.

Também Koch (2003:128) defende que é preciso pensar a linguagem humana como “*lugar de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis, de negociação de sentidos, portanto, de co-enunciação*”. Assim, a linguagem não é somente uma representação do mundo e do pensamento ou um instrumento de comunicação, afirma a autora, mas sim “*uma forma de inter-ação social*”.

7.1. Novos usos das estruturas proverbiais: re-escritura e força argumentativa

O provérbio é um gênero discursivo formado, em sua maioria, por estruturas curtas e binárias, o que propicia sua memorização e estabelece uma estratégia de persuasão argumentativa que, para Guimarães (2005: 78), “*é o modo de convencer alguém sobre a verdade de certos fatos ou a necessidade de tomar certas atitudes*”. Assim, convencer – ou persuadir – seria induzir o outro à aceitação de algo que se acredita ser verdadeiro. Quanto a isso, também afirma Fiorin (2004:52) que “*a finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado*”.

A polifonia existe na enunciação de provérbios porque “*o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inumeráveis enunciações anteriores, as de*

todos os locutores que já proferiram aquele provérbio” (Maingueneau, 2004: 169).

Para Koch (2003:63), o termo polifonia designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir “vozes” que falam de perspectivas ou pontos de vista diferentes com os quais o locutor se identifica ou não.

Trazendo tais colocações para as situações de uso concretas, percebe-se que os provérbios trazem em sua estrutura de significado a intenção de levar o interlocutor a refletir sobre o conteúdo expresso na estrutura linguística, daí a necessidade de haver uso de força argumentativa em tais enunciados.

Conforme afirma Koch (2003:64),

o uso de um provérbio produz uma *enunciação-eco* de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio, cuja verdade é garantida pelo enunciador genérico, representante da opinião geral, da *vox populi*, do saber comum da coletividade.

É possível, dessa forma, compreender o uso da re-escritura proverbial sobre a forma original, ou paráfrase proverbial, que, segundo Ribeiro (2007:193), requer uma continuidade semântica entre os elementos que são por ela aproximados.

Trata-se de uma relação de equivalência de sentido entre dois enunciados, sendo um deles a reformulação do outro ou não, funcionando a paráfrase de modo a transferir para o discurso derivado a autoridade relativa ao texto fonte (Ilari & Geraldi, 1994:90).

Do ponto de vista pragmático, as construções proverbiais cumprem uma função moralizante, podendo, ainda, serem utilizadas para influenciar o comportamento do receptor, com função tanto assertiva quanto diretiva. No processo de produção- interpretação, a forma linguística fornece as orientações para a interpretação realizada pelo falante/ouvinte, confirmando que o significante é uma pista para a construção de sentido (Fauconnier, 1994).

Partindo do pressuposto de que serão as intenções de comunicação que irão determinar a escolha por uma ou outra estrutura da língua em determinada situação, Tomasello (2003:233) afirma que

as escolhas são determinadas em grande medida pela avaliação que o falante faz das necessidades comunicativas do ouvinte e do que ajudaria a lograr o intento comunicativo (...) e a partir de qual ponto de vista é necessário para a comunicação bem-sucedida e efetiva.

Logo, conforme exposto em 5.1, os enunciados estão submetidos ao que Kabatek (2005: 161) representou graficamente como “*processo comunicativo de escolha do enunciado*”, ou seja, as escolhas feitas pelo falante/escritor, dentro do conjunto de regras e itens linguísticos que lhe estão disponíveis em uma língua em particular, são feitas de forma que se cumpra o objetivo comunicativo junto ao seu interlocutor.

7.2. Metodologia e estudo de casos

Os textos aqui analisados integram o *corpus* desta dissertação, pertencendo a gêneros textuais e a domínios discursivos diferentes, pois não era objetivo deste trabalho apresentar unidade temática, mas, pelo contrário, apresentar diversidade de contextos de uso de construções proverbiais.

Os casos apresentados mostram a ocorrência de provérbios no título e/ou no corpo de alguns textos, de domínios distintos, seja em sua forma re-escrita, seja em sua fórmula fixa, com ou sem manutenção da carga semântica original. Contudo, é possível destacar o valor circunstancial que emerge da construção justaposta na própria articulação discursiva.

Os textos que integram o *corpus* deste trabalho foram retirados de *sites* diversos da internet, conforme listado a seguir:

[I] ALEGRIA DE UNS, TRISTEZA DE OUTROS

<http://www.aspra.org.br/index.php>

[II] AMIGOS, AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE

http://www.bolsademulher.com/mulherinvest/materia/amigos_amigos_negocios_a_parte/31341/1/?ori

[III] AQUI SE FAZ, AQUI SE PAGA

<http://www.jornaldeitupeva.com.br/artigo.php?id=060425033439>

[IV] AZAR NO JOGO, SORTE NO AMOR

<http://oglobo.globo.com/blogs/afrancesa/post.asp?t=azar-no-jogo-sorte-no-amor>

[V] BRIGA DE MARIDO E MULHER, NÃO SE METE A COLHER

http://www.lexcondominios.com.br/principal.php?id_menu=noticias_detalhes&id=125

[VI] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

<http://jovempan.uol.com.br/jp/campanhas3>

[VII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

<http://chiclette.com.br/noticias/2702-Casa-de-ferreiro-espeto-de-pau>

[VIII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

www.transanet.fm/pt-BR/_contents/colunas/economia/2007/12/04/122409_8_40_2756c3e4.php-42k

[IX] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

<http://fatorw.com/2007/05/28/casa-de-ferreiro-espeto-de-ferro>

[X] CABEÇA VAZIA

http://www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/cabeca_vazia.htm

[XI] ENTRA O BEBER, SAI O SABER

<http://guifpenteado.spaceblog.com.br/162188/A-Bebida-entra-a-Verdade-sai/>

[XII] FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO

<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjconsfrafarinha.htm>

[XIII] FAZ A FAMA, DEITA NA CAMA

<http://bdadolfo.blogspot.com/2007/11/faz-fama-e-deita-na-cama.html>

[XIV] LONGE DA VISTA, LONGE DO CORAÇÃO

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_296675.shtml

[XV] OFICINA DO DIABO

<http://paraisotropical.globo.com/Novela/Paraisotropical/0,,AA1573712-8298,00.html>

[XVI] PATRÃO FORA, DIA SANTO NA LOJA

<http://www.humornanet.com/servlet/sitem?itm=1877&mod=arq&cat=6>

[XVII] REI MORTO, REI POSTO

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294496.shtml>

[XVIII] UM DIA DA CAÇA, OUTRO DO CAÇADOR...

<http://www.jblog.com.br/formula1.php?itemid=8814>

[XIX] UM É POUCO, DOIS É BOM, TRÊS É DEMAIS

<http://www.letras.com.br/renato-e-seus-blue-caps/um-e-pouco-dois-e-bom-tres-e-demais>

[XX] VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM OS DEDOS

<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp>

A idéia de reunir este *corpus* surgiu depois de uma pequena pesquisa informal, apresentada em 6.2, feita com jovens entre 15 e 19 anos quanto ao uso de estruturas proverbiais. Apesar de esses jovens não fazerem uso de tais estruturas, eles também não as desconheciam devido ao uso que familiares mais velhos faziam delas em situações específicas de fala. Visto que a oralidade já não é mais o meio pelo qual os provérbios parecem se propagar atualmente, partiu-se para a pesquisa no discurso escrito.

Em princípio, o livro *Provérbios e máximas populares em 7 idiomas*, por reunir um número expressivo de construções proverbiais, pareceu ser o *corpus* ideal para este trabalho de pesquisa. Todavia, por se tratar de construções descontextualizadas, logo se observou que não seria possível obter as constatações quanto às proposições relacionais que emergem de construções justapostas sem que as mesmas estivessem inseridas em um contexto de uso.

Nesse momento, a procura por estruturas proverbiais justapostas na internet possibilitou a coleta de alguns textos que preservavam a relação circunstancial implícita entre título e conteúdo textual, de forma que a estrutura proverbial resume, no título, a expectativa quanto ao texto em consequência do próprio efeito dessas estruturas, que

nem sempre se mostrou moralizante, mas também com efeitos de humor e informalidade no discurso escrito em que se inseriam.

Conforme mencionado anteriormente, o *corpus* completo consta de 20 textos intitutados por provérbios em suas fórmulas fixas ou por re-escrituras delas, que serão apresentados e analisados qualitativamente a seguir. Além disso, também se indicam as paráfrases e as relações circunstanciais pertinentes a cada um deles. Dessa forma, pretende-se explicitar o papel funcional-discursivo das construções proverbiais justapostas que apresentam articulação hipotática, isto é, que têm caráter circunstancial implícito, e melhor exemplificar o tipo de proposição relacional (inferência) que emerge da articulação de suas unidades, o que se dá também levando em consideração o contexto discursivo em que estão inseridas. O grifo no corpo de cada texto tem por finalidade destacar tal proposição relacional, cabendo ressaltar que foi mantida a redação original de cada texto, sem nenhum tipo de correção de possíveis erros ortográficos, de pontuação ou inadequações vocabulares, por não ser este o foco deste trabalho. Portanto, apenas se observou a confirmação ou não da articulação hipotática na ação discursiva e que proposição relacional emerge dessa articulação.

Neste primeiro texto a ser analisado, tem-se o uso, no título, da construção proverbial “*Alegria de uns, tristeza de outros*”, que é a sua fórmula fixa. Apesar desta não se repetir ao longo do texto, pode-se depreender, por meio de alguns trechos, a correspondência implícita com as próprias unidades de informação constituintes da construção proverbial, conforme em **Alegria de uns**: “...oficiais e praças que no dia 25 de dezembro comemoraram a merecida promoção...”, e em **Tristeza de outros**: “...solidarizamos, também, com os inúmeros companheiros que estão se sentindo prejudicados...”. Quanto ao valor da inferência, o mesmo pode ser depreendido pela

paráfrase “*Enquanto uns se alegram, outros se entristecem*”, em que a proposição relacional temporal se evidencia.

[I] ALEGRIA DE UNS, TRISTEZA DE OUTROS

PROMOÇÃO: ALEGRIA DE UNS, TRISTEZA DE OUTROS

A Associação dos praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM – cumprimenta os *oficiais e praças que no dia 25 de dezembro comemoraram a merecida promoção*. Mais do que um presente de natal, é um direito, uma conquista. É o resultado de um esforço cotidiano para cumprir as obrigações assumidas para com a Polícia e o Corpo de Bombeiros Militar, e com a sociedade. *Aos que foram promovidos os cumprimentos* de toda a Diretoria e Conselhos Fiscal e Deliberativo da Aspra PM/BM.

Lembramos e *solidarizamos, também, com os inúmeros companheiros que estão se sentindo prejudicados*, mais uma vez, pelas regras que orientam a promoção na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Recebemos inúmeros e-mails, telefonemas e visita de praças e oficiais que foram prejudicados pela legislação anterior, que não abria vagas, e pela atual, que modificou as regras, prejudicando alguns.

Em nome desses companheiros, já encaminhamos documentos ao Comando Geral, Coronel Junior, participamos de audiência pública na Assembléia, por convite do deputado Sargento Rodrigues, e solicitamos uma reunião do Comandante Geral com uma comissão representativa dos Sargentos, a fim de discutirmos este modelo, e para que o mesmo pudesse “ouvir” e sentir, com a sensibilidade que lhe é peculiar, as angústias, decepções e frustrações que ora afligem os militares, no tocante às promoções.

O que levamos ao Comandante é público, e reflete a angústia daqueles que estão vendo suas oportunidades serem perdidas por uma regra que não respeita a antiguidade, impõe uma punição a duas pessoas pelo impedimento de uma que, por razões até agora não explicadas, impede a promoção por antiguidade a subtenente e tenente coronel e, não respeitando o princípio constitucional da presunção da inocência, impede a promoção daqueles que estão sub-júdice.

Lembramos ainda da exigência de que para CONCORRER ao processo seletivo do CHO, o 2º Sgt PM com o CASP tenha pelo menos (06) seis anos na graduação. No entendimento da Aspra,

e da grande maioria dos 2º Sgts, (que digam todos aqueles que lograram êxito neste último processo seletivo e que estarão impedidos de matricular-se no CHO/2009, por não terem sido promovidos à 1º Sgt PM), é algo incompreensível, não pela exigência em si, mas sim por se tratar apenas uma data de “corte” sem qualquer explicação plausível e que todos entendam e compreendam justa e equânime.

Além do princípio legal, ainda são muito questionados os critérios de avaliação e concessão de notas pela CPO e CPP. Porque um militar recebe nota máxima da Unidade a que serve, e recebe menos da CPO e CPP? É preciso que estas avaliações sejam públicas ou continuarão a CPP e CPO, por falta de transparência, sob suspeita de promoverem por critérios pessoais.

A Aspra, que muito tem lutado por melhorias e valorização dos Praças e Oficiais, muitas delas transformadas em direito, acredita no aperfeiçoamento das regras e critérios para a promoção, de forma a não permitir o subjetivismo das avaliações e garantir que o direito e o esforço de todos sejam respeitados e valorizados.

A Aspra continuará com seu esforço para sensibilizar o alto Comando da PMMG e CBMMG, no sentido de promover a alteração na legislação para permitir a promoção por antiguidade para subtenente e tenente coronel; para que seja criada e aplicada uma regra que permita um tratamento justo, principalmente para os que fizeram o CEFS/CFS até 1996, e que foram prejudicados, primeiro pela falta de vagas e segundo pela atual regra de posicionamento no almanaque por ano base de curso e percentual de promoção para os “em condição”, e ainda para garantir o princípio Constitucional da presunção de inocência.

Feliz Natal a todos, e *que os que foram promovidos também possam fazer coro com as mudanças que tantos reclamam, haja vista a notória e visível injustiça para com aqueles que, mesmo com maior tempo na graduação, não foram promovidos*. A todos os companheiros deixamos a mensagem de lealdade, compromisso, respeito e tenham a certeza, nossa luta é incansável na busca do reconhecimento de nossos direitos. Felicidades a todos militares, da ativa, reserva, reformados, aos familiares e pensionistas. E mais uma vez lembramos: Sem lutas não há conquistas!

Luiz Gonzaga Ribeiro, SubTenente PM - Presidente

http://www.aspra.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=419

Portanto, em *Promoção: alegria de uns, tristeza de outros*, a concomitância dos

eventos se dá ao longo do texto, cujo contexto discursivo aponta para a promoção de alguns militares a cargos superiores e para a falta de promoção de outros, justificando a escolha do provérbio “*Alegria de uns, tristeza de outros*” para intitulá-lo.

No próximo exemplo, o uso do provérbio “*Amigos, amigos, negócios à parte*” também só se dá no título. Contudo, no corpo do texto, é possível verificar passagens que correspondem às unidades de informação da construção, como se verifica em **Amigos, amigos**: ... *é preciso muito mais do que empatia e sentimentos sinceros...* e **Negócios à parte**: ...*um dos erros capitais de quem decide abrir um negócio em parceria é levar em conta apenas as afinidades com o candidato a sócio*. Ainda pela paráfrase “*Embora amigos, negócios ficam à parte*”, ou seja, amizade e negócios não se misturam, sendo possível perceber a proposição relacional de natureza concessiva.

[III] AMIGOS, AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE

Por Renata Agostini – em 16/ 05/2008

Abrir o próprio negócio requer boa dose de empreendedorismo e coragem, mesmo quando os ventos sopram a favor da economia. Ter um sócio para dividir os riscos da empreitada é o caminho escolhido por boa parte dos que decidem investir nesse sonho. Mas, para que a solução não se transforme em entrave para o bom andamento da empresa, é preciso encontrar uma boa parceria.

E, isso, nem sempre é tarefa fácil.

Uma sociedade é quase como um casamento, a diferença é que ***para ter um bom sócio é preciso muito mais do que empatia e sentimentos sinceros***. Porque ***um dos erros capitais de quem decide abrir um negócio em parceria é levar em conta apenas as afinidades com o candidato a sócio***.

Uma das principais razões de falência de empresas é o desentendimento entre seus donos. "Ao firmar uma sociedade, a pessoa tem que ser fria e calculista na análise do sócio e de seu próprio perfil. Não minta sobre seu temperamento e como acha que os negócios têm de ser conduzidos. Se você é teimoso, é preciso dizer. Até mesmo os horários em que cada um prefere chegar ao escritório podem ser motivo de conflitos futuros. Se você gosta de chegar tarde, é necessário

deixar isso claro. *Antes de firmar o contrato, é importante simular algumas situações e analisar se há sintonia na tomada de decisões*", orienta Antônio César, diretor da Acomp Consultoria e Treinamento.

É um casamento de idéias, baseado na confiança e na ética. Não vou dizer que é fácil, porque nem sempre pensamos da mesma forma, e é preciso ter um poder de persuasão enorme.

Meu amigo sócio...

http://www.bolsademulher.com/mulherinvest/materia/amigos_amigos_negocios_a_parte/31341/1/?ori

Neste caso, o uso do provérbio “*Amigos, amigos, negócios à parte*” no título, já foi norteador de que o texto transcorreria acerca da mistura nem sempre feliz entre negócios e amizade. Assim, o contexto discursivo vai apontar exatamente para a expectativa que o título causa no leitor, preparando-o para o conteúdo didático a ser expresso na ação discursiva.

Já no texto [III], que se segue, o emprego de “*Aqui se faz, aqui se paga*” se dá tanto no título como no corpo do texto, explicitando o uso intencional do provérbio. Pelo contexto discursivo, pode-se depreender o caráter moralizante desse uso, e não didático como visto em [II]. As passagens que comprovam a correspondência com as unidades de informação constituintes da construção proverbial são “**Aqui se faz:** ... *uns ainda insistem em ouriçar a vida alheia, buscando atingir o mais profundo íntimo de alguém...*” e “**Aqui se paga:** ... *e pagam caro por isso...*”. Quanto ao tipo de proposição relacional, o contexto discursivo foi predominante para que se optasse pela relação de causalidade, conforme a paráfrase “*Porque aqui se faz, aqui se paga*”, visto que também seria possível inferir uma relação de tempo: “*Quando aqui se faz, aqui se paga*” ou de condicionalidade: “*Se aqui se faz, aqui se paga*”, de acordo com o que se pode observar a seguir.

[III] AQUI SE FAZ, AQUI SE PAGA

Em 25/04/2006

Por Luiz Carlos Izzo

Quem já não ouviu essa expressão, por muitas vezes: “*Aqui se faz, aqui se paga*”? Quem seria o gênio farisaico que a inventou? Pode ter sido um daqueles que questionavam o Nazareno, a respeito de um suposto castigo imposto por Deus, derrubando uma torre e matando por esmagamento a dezoito habitantes da região da Galiléia: “-Deus havia se vingado da incredulidade dos galileus. Logo, os sobreviventes tinham que dar graças e converterem-se”.

Mesmo após uma imensidão de exemplos vivos, *que acabam castigando aquele que planta o mal*, muitos continuam regando tal plantação. *Dia a dia prezam por amaldiçoar o semelhante*, mas *nunca pensam no que podem esperar na esquina seguinte da vida*. Covardes como aves de rapina, *uns ainda insistem em ouriçar a vida alheia, buscando atingir o mais profundo íntimo de alguém* que inveja e *pagam caro por isso*, muitas vezes com a própria vida. Outros ainda, além de desejar o mal, revestem-se da carapuça enlameada e repleta de impurezas e posicionam-se como donos da verdade. Por cima, ainda julgam como se fossem o próprio Deus.

“Por que há tantos que gostam de colocar seus julgamentos na boca do Altíssimo?”. Diria hoje Jesus para mostrar Seu desacordo total com o modo de pensar que transfere a Deus julgamentos humanos. Para o Senhor Jesus, Deus não se vinga a cada instante, nem é amigo de enviar castigos a torto e à direito, como se aprecia falar por aí. Se alguém não está de acordo com meu pensamento, e nem precisa estar, é bom estar de acordo com as Escrituras Sagradas.

A paciência de Deus, como a do agricultor, não tem limites, é capaz de esperar a vida toda para que nos convertamos ao amor e possamos dar uma resposta de amor voltando à frutificar... Deus é o Paizinho, Abba, como dizia Seu Filho na Galiléia, ser humano como nós, pés na terra, como todo ser humano.

O Pai de Jesus é Deus Maternal (Isaías 49,15), Misericordioso, Carinhoso, Cuidadoso, cheio de compaixão (cf. Bíblia inteira); é Paciente, ao contrário de nós, que *estamos*

sempre prontos para resolver nossa impaciência “cortando” a vida do irmão, seja ou esteja ele, próximo ou distante.

Que autoridade temos, se o próprio Dono da vida, e das árvores ameaçadas de esterilidade, não nos quer exterminar, dando-nos sempre oportunidades para receber adubo para raízes fracas, autorizando sempre a retirada das ervas daninhas que estão tirando o nosso viço; para nos livrar da improdutividade e da morte?

Lá, no ambiente generoso da Serra do Cipó, lá nas Minas Gerais, existe uma planta chamada “velózia nanuza”. Pois bem, ela é cheirosa e linda, nascendo na fenda inóspita das pedras das encostas rochosas das colinas. Que intenção divina esconde o Criador que faz brotar algo tão belo e perfumado da pedra bruta? Pois é nisso que creio: Da dureza dos nossos corações brota o impossível aos olhos dos incrédulos.

<http://www.jornaldeitupeva.com.br/artigo.php?id=060425033439>

Dessa forma, em *Aqui se faz, aqui se paga*, destaca-se um caráter moralizante que se confirma na própria proposição relacional de causalidade, isto é, para toda ação, há uma reação, e agir causando danos ao próximo traz consequências ao autor de tais atos prejudiciais.

No texto que se segue, a escolha do provérbio “*Azar no jogo, sorte no amor*” para o título já aponta para a provável história de alguém que, apesar de mal-sucedido em alguma área de sua vida, tem sucesso na vida amorosa. Isso pode ser depreendido do próprio texto, em passagens que evidenciam sua correspondência com as unidades de informação justapostas, portanto, **Azar no jogo:** *...Pesquisa do instituto CSA para o jornal Le Parisien e a emissora i-Télé mostra que a confiança no presidente em janeiro é de 48%, uma queda de sete pontos em relação a dezembro...* e **Sorte no amor:** *...Segundo o Journal du Dimanche, a França terá primeira-dama já no mês que vem. O casório entre a cantora Carla Bruni e Nicolas Sarkozy pode estar próximo, já que o*

dominical afirma que a bela deve levar escova de dente e pijama para o Palácio do Elysée no início de fevereiro...

Quanto ao valor inferencial da proposição, duas seriam as possibilidades neste caso: temporalidade ou concessão. Contudo, com vistas ao contexto discursivo e à progressão textual, entende-se que prevalece a relação de temporalidade, conforme a paráfrase “Quando alguém tem azar no jogo, tem sorte no amor”. Segue o texto na íntegra, tendo os grifos sido feitos para ressaltar também os indicadores da sequência temporal e os termos pertencentes ao campo lexical do jogo.

[IV] AZAR NO JOGO, SORTE NO AMOR

por Mário Câmera - 6/1/2008 - 10:21

Pela primeira vez, desde que assumiu a presidência, em maio passado, a maioria do povo francês disse não confiar em Nicolas Sarkozy. Pesquisa do instituto CSA para o jornal Le Parisien e a emissora i-Télé mostra que a confiança no presidente em janeiro é de 48%, uma queda de sete pontos em relação a dezembro.

Para especialistas, a visita do ditador Mouammar Kadhafi, a exposição de sua vida privada e o medo da perda de poder aquisitivo seriam os motivos do mal resultado. Mas Sarko, que não é bobo nem nada, já contra-atacou. *Usando de sua arma mais poderosa, o presidente voltou a misturar vida privada e pública* com a ajuda de seus amigos na imprensa. *A jogada de marketing* foi lançada hoje.

Segundo o Journal du Dimanche, a França terá primeira-dama já no mês que vem. O casório entre a cantora Carla Bruni e Nicolas Sarkozy pode estar próximo, já que o dominical afirma que a bela deve levar escova de dente e pijama para o Palácio do Elysée no início de fevereiro, e não pega bem para um presidente viver em concubinato durante o exercício do cargo. Mais uma vez, Sarkozy desvia a atenção dos problemas da Republique expondo sua vida privada.

O presidente disse que vai dar uma entrevista coletiva na terça. Com certeza será perguntado sobre o casamento com Bruni. Se seguir o roteiro das outras coletivas, responderá, de maneira grosseira, que não fala de sua vida particular a meios de comunicação. *Enquanto terça não vem*, Sarko pode continuar brincando de cavalinho com o filho da cantora e fingir que não gosta de aparecer. No *jogo da presidência*, quem faz as *regras* é o próprio Sarkozy.

<http://oglobo.globo.com/blogs/afrancesa/post.asp>

Percebe-se, então, que o valor inferencial da articulação hipotática da construção proverbial justaposta se confirma na progressão textual, sendo o próprio contexto decisivo neste processo de análise do tipo da inferência que emerge desta articulação.

O texto [V] intitula-se *Briga de marido e mulher, não se mete a colher*, provérbio que se repete no corpo do texto. Por meio da paráfrase “*Se a briga é de marido e mulher, não se mete a colher*”, o valor de condicionalidade define a proposição relacional, e as unidades de informação constituintes da construção proverbial encontram referência semântica implícita em **Briga de marido e mulher:** *...se uma moradora assustada desce e pede ajuda para a portaria ou o zelador, pois o marido a está ameaçando...* e em **Ninguém mete a colher:** *...o indicado é acionar a polícia e evitar envolvimento de funcionários do condomínio...*

[V] BRIGA DE MARIDO E MULHER, NÃO SE METE A COLHER

Por Luiza Oliva – em 22/02/2007

Briga de marido e mulher, ninguém mete a colher?

Quando a briga foge do convencional, com agressão e quebra-quebra, *sempre a conduta adequada é acionar a polícia e evitar envolvimento de funcionários do condomínio*. Será que o conhecido ditado – *briga de marido e mulher, ninguém mete a colher* – vale também para os condomínios? Há casos, porém, em que é difícil não se intrometer: a gritaria e, algumas vezes, até o **quebra-quebra no apartamento do casal**, incomodam os vizinhos. Ou ainda há brigas que continuam nas áreas comuns do condomínio. E então, dá para não se envolver?

Para o consultor de segurança José Elias de Godoy, *em briga de marido e mulher a princípio ninguém deve se intrometer*. Quando a discussão perturba os vizinhos, a conduta mais indicada é interfonar, comentando que o tom de voz está muito alto e incomodando outros moradores. Quando a briga parte para a agressão física, comenta Godoy, o correto é chamar a polícia. “Essa conduta é a mais adequada, inclusive para se evitar o homicídio de um dos cônjuges, como já temos visto acontecer”, aconselha.

(...)Para o advogado e consultor condominial Cristiano de Souza Oliveira, quando funcionários do condomínio são chamados para apartar a briga, é preciso sempre manter a calma. “Se houver perturbação à ordem, a rotina é chamar a polícia, desde que essa seja a ordem do síndico ou da empresa que contrata o funcionário”, afirma. O policial chamado deve ser acompanhado pelo funcionário até o apartamento. “Porém, ele não deve permanecer no local durante o serviço do policial”, completa Cristiano.

Silvia Bedran, psicóloga que dá assessoria a condomínios, sustenta que (...) “*É um risco muito grande o zelador interferir numa briga*. Nunca sabemos até que ponto vai a loucura do outro. Qualquer movimento errado porque causar um problema ainda maior”, avalia. Principalmente quando um dos envolvidos apresenta uma patologia mais séria, é fundamental chamar uma equipe acostumada a lidar com essas situações, no caso, a polícia e os bombeiros. “Quando uma pessoa surta emocionalmente, sua força muscular é enorme, e só profissionais preparados conseguem lidar com ela”, diz.

Da mesma maneira, *se uma moradora assustada desce e pede ajuda para a portaria ou o zelador, pois o marido a está ameaçando, o indicado é acionar a polícia*. Segundo Silvia, há um limite entre brigas naturais de casal e situações doentias. Em situações corriqueiras, o condomínio deve preservar o espaço dos moradores, acredita a psicóloga. “A pessoa está no seu apartamento e não está interferindo na vida dos outros”, sustenta. Ela completa que há pessoas doentes, que brigam todo dia, apanham sempre ou batem sempre. São casos patológicos, de distúrbios maiores. É gente que não segura um impulso, mas quebra e bate. “Normalmente, essas pessoas dão sinais do distúrbio no seu comportamento diário e precisam de tratamento”, orienta.

É muito delicado, porém, que um funcionário ou o síndico se intrometam e *o porteiro costuma ficar numa situação complicada, porque é corriqueiro que ex-maridos, principalmente, tentem forçar a entrada no prédio* privacidade do morador e sugiram que ele procure orientação adequada.

Mais comum do que casos de violência extrema são as situações envolvendo casais separados. Na opinião do advogado Cristiano, *caso o morador não queira que o ex-companheiro entre mais no prédio*, deve fazer essa solicitação por escrito. “Essa recomendação vale mesmo se o ex-cônjuge for o proprietário do apartamento. O mesmo se aplica em casos de locação”, arremata.

José Elias de Godoy comenta que. “O funcionário deve sempre seguir a determinação do morador. Ou impedir a entrada, ou tratá-lo como um visitante, anunciando a entrada, se for o caso”, finaliza.

Bate-boca, brigas, quebra-quebra no apartamento. Qualquer que seja a situação, é difícil evitar que as fofocas se espalhem pelo condomínio.

O advogado Cristiano orienta que o síndico dê ordem aos funcionários que não façam comentários sobre a vida pessoal dos moradores, podendo aplicar advertência se constatar desvios na conduta.

Fonte: Direcional Condomínios

http://www.lexcondominios.com.br/principal.php?id_menu=noticias_detalhes&id=125

Logo, no texto *Briga de marido e mulher, não se mete a colher*, a condição de não envolvimento em brigas de casais é questionada, pois se trata de um texto que se dirige a síndicos de condomínios, onde certas regras de convívio devem ser observadas. Quanto à proposição relacional, a de condicionalidade se confirma por todo o texto, conforme as partes grifadas, descartando, assim, pela análise do contexto de uso, a possibilidade de uma proposição temporal: “*Quando a briga é de marido e mulher, não se mete a colher*”, que nesse contexto não se sustenta.

A seguir, temos os casos [VI] e [VII], em que a proposição relacional existente na construção proverbial prototípica deste trabalho, “*Casa de ferreiro, espeto de pau*”, mostra-se de valor concessivo em ambos, conforme a paráfrase “*Embora a casa seja de ferreiro, o espeto é de pau*”. Em [VI], esta relação se percebe pelos trechos

correspondentes às unidades de informação **Casa de ferreiro:** *Confissão de traficante numa delegacia...* e **Espeto de pau:** ...“*Filha minha não usa droga. Se um traficante abordar alguma das minhas filhas, eu mato ele*”...

Em [VII], tais unidades informacionais se explicitam em **Casa de ferreiro:** *A patricinha Paris Hilton (...) herdeira de uma das maiores redes de hotéis cinco estrelas do mundo...* e em **Espeto de pau:** *...se hospedou com o namorado Benji Madden no Lord Nelson, humilde estabelecimento de duas estrelas de Liverpool...*

Logo, tem-se a concessão em [VI], pois causa surpresa um traficante não admitir que suas filhas usem drogas e em [VII], pela herdeira da rede de hotéis Hilton hospedar-se em um estabelecimento de duas estrelas. Seguem os textos na íntegra.

[VI] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

Confissão de traficante numa delegacia: “Filha minha não usa droga. Se um traficante abordar alguma das minhas filhas, eu mato ele”. Declaração de traficante preso nesta quinta-feira, no Paraná. Elnício da Silva Lima, 52 anos, pai de três filhas, flagrado em casa com 700 gramas de maconha e 82 pedras de crack.

http://jovempan.uol.com.br/jp/campanhas3/index.php?option=com_content&task=view&id=226&Itemid=45 Em 16.06.2008

[VII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

A patricinha Paris Hilton, acostumada a viver sempre cercada de todo luxo que o dinheiro pode comprar, viveu uma situação atípica em sua visita à Inglaterra. Como todo mundo sabe, ela é herdeira de uma das maiores redes de hotéis cinco estrelas do mundo, mas se hospedou com o namorado Benji Madden no Lord Nelson, humilde estabelecimento de duas estrelas de Liverpool...

<http://chiclette.com.br/noticias/2702-Casa-de-ferreiro-espeto-de-pau>

Assim, a fórmula fixa atende, em seu significado original, à relação título-conteúdo textual, ou seja, uma ação contrária ao esperado pela própria condição da

pessoa: um traficante que não aceita que as filhas usem drogas e a herdeira de uma grande rede hoteleira que se hospeda em um estabelecimento humilde.

A seguir, tem-se a forma re-escrita da fórmula fixa “*Casa de ferreiro, espeto de pau*” no título e na conclusão do texto, pois os provérbios são flexíveis e, por sua atemporalidade, aplicam-se a temas atuais, reunindo o novo e o já conhecido na estrutura do discurso, mesmo com a mudança da carga semântica original. A paráfrase “*Porque a casa é de ferreiro, o espeto é de ferro*” evidencia a proposição relacional de causalidade. Os trechos que correspondem às unidades de informação da construção proverbial podem ser depreendidos dos trechos **Casa de ferreiro:** ...*Um profissional financeiro...* e **Espeto de ferro:** ... *principal obrigação: gerir os recursos sob sua responsabilidade com a mesma diligência que geriria seus próprios recursos...* Conforme se comprova no texto a seguir.

[VIII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

por Carlos Nakao

3 de dezembro de 2007

(...) *Um profissional financeiro* - quer seja da tesouraria, crédito, cobrança, controladoria, contabilidade, planejamento, custos, orçamento, relações com investidores ou operador de mercado – tem, a meu ver, uma *principal obrigação: gerir os recursos sob sua responsabilidade com a mesma diligência que geriria seus próprios recursos*. Portanto, para gerir recursos de terceiros adequadamente deve primeiramente gerir com competência seus próprios recursos. Simples assim. (...) Existe e sempre existirá o médico endocrinologista obeso. Existe e sempre existirá o *personal trainer* sedentário. Assim, também existe o consultor financeiro perdulário. Não me parece recomendável confiar neles. Prefiro apostar na coerência em tudo aquilo que se faz. Acredito no *ferreiro que usa o espeto de ferro*.

www.transanet.fm/pt-BR/_contents/colunas/economia/2007/12/04/122409_8_40_2756c3e4.php-42k-

Dessa forma, a re-escritura do provérbio é utilizada como um recurso de re-enunciação da forma original para atender ao novo significado exposto no conteúdo

textual. A substituição do termo *pau* pelo termo *ferro* na construção proverbial provoca a perda do caráter hipotático concessivo e a proposição relacional passa a ser de causalidade.

No próximo caso, [IX], ocorre a re-escritura do provérbio no título e na conclusão, com mudança da carga semântica original. Conforme o caso anterior, a re-escritura é utilizada como um recurso de re-enunciação da forma original para atender ao novo significado exposto no conteúdo textual. O uso da forma re-escrita no título chama a atenção do leitor e sua repetição na conclusão dá uma noção de conduta moral desejável.

Pela paráfrase “*Se a casa é de ferreiro, o espeto é de ferro*”, evidencia-se a proposição relacional de condicionalidade, a qual se confirma na articulação discursiva.

[IX] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

Publicado em 28.05.2007, na categoria Design.

Você confiaria em um oncologista fumante? Faria ginástica orientado por um *personal trainer* obeso? Contrataria um motorista sem a carteira nacional de habilitação? A resposta da maioria das pessoas para essa questão seria simplesmente um sonoro não. Então **por que motivo alguém contrataria os serviços de um designer que trabalha com *web*, mas não mantém um *site* atualizado?** Sem ver os trabalhos anteriores, como o interessado poderia avaliar a qualidade do trabalho futuro que pretende contratar? *A questão é que não basta apenas ser qualificado. É preciso que as pessoas saibam disso. E, se você não disser, dificilmente alguém fará isso por você. Em casa de ferreiro o espeto deve ser de ferro.*

<http://fatorw.com/2007/05/28/casa-de-ferreiro-espeto-de-ferro>

Pelo contexto discursivo, então, é possível perceber que a alteração da construção original provoca também a alteração da proposição, ocorrendo uma proposição relacional de condicionalidade em [IX] e não de causalidade, como em

[VIII]. O que reforça a importância do discurso para se determinar o tipo da relação hipotática entre as partes da construção proverbial justaposta.

No texto seguinte, o uso do provérbio na forma cristalizada mantém o seu sentido original no texto. O uso de uma parte da construção original no título caracteriza um recurso para que o próprio leitor a complete, mesmo antes de conhecer o conteúdo textual. Neste caso, percebe-se um trocadilho e até uma certa ironia do autor na associação entre título e texto. A relação temporal é ratificada na articulação discursiva pela concomitância dos acontecimentos e se evidencia pela paráfrase “*Quando a cabeça está vazia, virá oficina do diabo*”. Assim, tem-se uma proposição relacional temporal.

As unidades de informação constituintes do provérbio encontram suas correspondentes no texto em **Cabeça vazia**: ... *na boa intenção de nos manter ocupados com coisas úteis...* e em **Oficina do diabo**: ... *e afastados das tentações mundanas...*

[X] CABEÇA VAZIA...

Jáder *oferece trabalho* a Joana

Cabeça vazia, oficina do diabo. Esse velho ditado, que nossas mães e avós costumam repetir à exaustão, como um mantra, sempre *na boa intenção de nos manter ocupados com coisas úteis e afastados das tentações mundanas*, serve perfeitamente a Joana, **nesse momento de aflição e dúvida**. Não que ela não tenha com que ocupar a cabeça. *A lembrança da safadeza de Umberto ainda lateja como uma enxaqueca insuportável. E tem mais. Tem o casamento da irmã com aquele mauricinho, o pedido de demissão do pai, a futilidade da mãe, a falta de emprego...* Ah, e claro, *tem a dívida com a joalheria que ela ainda não sabe como quitar*. Como vêem, *o que não falta é preocupação pra cabeça dela*.

<http://www.sedes.org.br/departamentos>

Os grifos no texto anterior não só correspondem aos trechos que se relacionam com as unidades informacionais do provérbio, como também demonstram a simultaneidade no acontecimento dos eventos relatados.

A seguir, tem-se a forma cristalizada re-escrita, com manutenção do sentido do provérbio em sua fórmula fixa. A forma re-escrita no título aponta para o conteúdo que virá a seguir no conteúdo textual, sem alteração de carga semântica. A proposição temporal percebida pela paráfrase da construção proverbial que dá título ao texto se confirma na articulação discursiva, conforme a paráfrase “*Quando entra a bebida alcoólica, perde-se o juízo*”. Isso pode ser observado nas seguintes passagens correspondentes às unidades de informação subentendidas no texto: **Entra o beber:** *...juntamos as mesas e começamos a conversar, e a beber...* e **Sai o saber:** *...elas começaram a dar vexame, a Jéssica quase quebrou a porta de vidro do banheiro, e no momento que eu estava no banheiro masculino, ouvi ela gritando que ia terminar com o Marcelo, para ficar com o garçom, a Marcia também começou a gritar, e a cair no chão de tanto que as duas beberam...*

[XI] ENTRA O BEBER, SAI O SABER

Escrito em segunda, 07 julho 2008 19:41

Por Gui Penteadó

A bebida entra, a verdade sai

A Jéssica abraçada comigo, na praça no centro da cidade, *em plena meia-noite*, pedindo desculpa e falando que me ama, e que sente minha falta, parece estranho, e não imaginava nunca mais essa cena.

Combinamos todos de sairmos *no sábado a noite*, para se divertir, e tudo mais, mas então, combinamos de irmos à Cachaçaria, mas ao chegarmos lá, estava muito cheia, e não íamos conseguir entrar, então fomos até um bar com shows ao vivo, chamado Brasileirinho, e então, como estávamos em sete pessoas, eu, a Lúgia, a Aline, a Marcia, a Jeyse, O Henrique, e a Jéssica, que tinha ido sem o Marcelo, pois eles haviam brigado, *juntamos as mesas e*

começamos a conversar, e a beber. Naquele momento a Jéssica disse que não tinha comido nada, e pedimos uma porção de batatas fritas. Pedimos então alguns coquetéis, um para cada, e começou a diversão, ríamos, conversávamos, fazíamos tudo, mas mesmo no meio de tanta brincadeira, eu e a Jéssica não trocamos uma palavra.

Depois dos coquetéis, pedimos uma torre de chope de dois litros e meio, e começaram as disputas, a Lígia e o Henrique já estão acostumadas a beber, mas a Jéssica e a Marcia não, e *depois de sete copos de chope, aqueles coquetéis, e a falta de alimento no estômago, elas começaram a dar vexame, a Jéssica quase quebrou a porta de vidro do banheiro, e no momento que eu estava no banheiro masculino, ouvi ela gritando que ia terminar com o Marcelo, para ficar com o garçom, a Marcia também começou a gritar, e a cair no chão de tanto que as duas beberam.* A Jeysse e eu tivemos que tirá-las do bar, pois já estava ficando feio as duas "dando aquele show". Mas para pagar tudo que consumimos, precisávamos de ainda trinta reais da Jéssica, mas ela estava bêbada e apenas estava com o cartão, não poderia nem lembrar a senha.

Por fim, a Jeysse e eu levamos a Jéssica e a Marcia para a praça em frente ao bar, e *a gritaria e o escândalo das duas só aumentava.* Quando a Jéssica me agarrou e disse: "João, te amo, você foi meu único amigo, diz que você foi meu único melhor amigo, eu sinto a sua falta, eu te amo, você me ama?", bem como uma pessoa bêbada falaria.

Depois disso, ela tentou me beijar, e eu recuei, *no exato momento* os outros chegaram, assim como a Tami e a Duda também, e então saí de perto. *Dois minutos depois a Jéssica vomitou na rua,* e não parava mais. Depois ela se acalmou. *Já a Marcia, sua "loucura" durou mais, ainda continuou a gritar, e depois de um momento,* começou a chorar, pois não conseguia vomitar como a Jéssica. Logo alguns minutos, ela também começou a vomitar.

O problema agora era decidir onde essas garotas iriam dormir, pois não poderiam dormir em suas casas, e nem na Lígia, já que a Tami, a Duda e o Henrique já iriam dormir lá. Então a Duda pegou o carro e levou a Jéssica, eu, a Tami e a Marcia para o condomínio, a Jéssica teve que ir para casa dela mesmo, disfarçando que nada estava acontecendo, teve que entrar carregada por mim, e o porteiro observou tudo.

A Marcia dormiu em casa, e teve que subir carregada pela Tamires. *Na manhã seguinte,* umas sete horas da manhã, a Marcia acordou e foi embora para sua casa. Minha mãe foi até a portaria

e o porteiro já estava comentando *da noite passada*: "Eu vi seu filho carregando a menina que ele brigou outro dia, ela estava mal, e também vi outra que entrou carregada!".

Mais tarde, eu passei no apartamento da Jéssica, e ela estava melhor, mas deixou claro que não queria que a mãe visse eu em sua porta, assim como deu para perceber que se lembrava de tudo que fizera na noite anterior. Não sei o que vai ser de nossa relação agora, não sei se voltaremos a ser amigos, ou apenas colegas, não sei se será a mesma coisa, já que aconteceu tantas coisas. Espero o melhor para ela, assim como para mim também. *No domingo mesmo* liguei para a Aninha para contar o que havia acontecido, que como estava gripada não pode ir. Ela simplesmente disse algo que se encaixou certinho: "*A Bebida entra, a verdade sai!*".

<http://guifpenteado.spaceblog.com.br/162188/A-Bebida-entra-a-Verdade-sai/>

Pode-se perceber que os marcadores da progressão temporal se dão por todo o texto, o que reforça a relação hipotática que se dá na construção proverbial e se comprova no contexto discursivo.

Já no texto [XII], há a re-escritura da forma cristalizada na conclusão do texto, em um questionamento claro à fórmula fixa usada no título, que denota uma postura individualista oposta às propostas do autor. A forma original sofre, então, um acréscimo na conclusão, de forma inédita, para atrair a atenção do leitor e fazer com que ele possa ponderar o conteúdo exposto no texto, considerando as argumentações do enunciador sobre a necessidade de se ter uma visão comunitária do bem público. Porém, a proposição de causalidade explicitada pela paráfrase "*Porque a farinha é pouca, faço o meu pirão primeiro*", se mantém na re-enunciação no final do texto "*Porque a farinha é pouca, pouco pirão para todos*", relação hipotática apontada na própria organização discursiva.

Assim, os trechos correspondentes às unidades de informação subentendidas no texto são os seguintes: **Farinha pouca**: *...enorme crise ética em que a nossa política está mergulhada...* e **Meu pirão primeiro**: *...o eleitor troque o seu voto por favores*

peçoais, por promessas individuais de empregos em gabinetes, por um saco de cimento ou até pela luz do seu condomínio particular...

[XII] FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO

Por Robson Campos Leite

Construindo Fraternidade

Construindo Cidadania

Farinha pouca, meu pirão primeiro?

"A vertente ético-social é uma dimensão imprescindível do testemunho cristão". (Papa João Paulo II)

Quando abordo a questão da ética em minhas aulas e palestras, observo que as pessoas sempre esperam que o assunto seja simplesmente sobre os políticos e aqueles que lidam com a chamada "máquina pública", ou seja, o Estado propriamente dito. Entretanto, apesar da *enorme crise ética em que a nossa política está mergulhada*, existem outros aspectos ligados a esse tema que merecem a nossa atenção.

QUEM SÃO OS VERDADEIROS POLÍTICOS?

Ao analisarmos a constituição da sociedade brasileira, percebemos claramente que existem dois papéis distintos e com igual responsabilidade na sua construção: O mandatário (aquele que possui um mandato político, por exemplo: Deputado, Vereador, Prefeito...) e o eleitor. O primeiro precisa, antes de qualquer coisa, entender que o seu papel é a busca constante do bem comum.

Sob esta visão, faz-se necessário lembrar que o bem-estar do coletivo deve ter prioridade sobre o interesse pessoal. É inadmissível, sob o ponto de vista ético cristão, que o comportamento de um mandatário não esteja em sintonia com essa visão. Ele precisa deixar claro, em suas atitudes, que todo mandato é público e, no mais correto entendimento deste termo, *o que é público, tem que ser de todos*. Se não fosse assim, não seria chamado de "público" e sim de privado.

O processo político democrático administra o "negócio" de todo o povo e não os negócios privados de alguns "picaretas" que ainda existem na nossa política. O segundo, ou seja, o eleitor, tem uma grande responsabilidade na construção desta sociedade e, por mais incrível que possa parecer, o seu papel é muito mais decisivo do que o papel do mandatário. É ele, e não o mandatário, o grande Político de que a nossa sociedade tanto precisa.

DEMOCRACIA: UMA VIA DE MÃO-DUPLA

Sei que alguns podem estar estranhando ao ver que chamo o cidadão comum de político. Entretanto, se analisarmos o significado dessa palavra, descobriremos que a sua origem é do grego “Polis”, que quer dizer, “Cidade”. Logo, político nada mais é do que o “cidadão que vive ativamente na cidade, respeitando os direitos e deveres nela existentes”.

O cidadão que exerce plenamente a sua cidadania, assim sendo, tem a obrigação de *pautar as suas atitudes dentro da promoção do bem comum. Também é inaceitável, sob o ponto de vista ético cristão, que o eleitor troque o seu voto por favores pessoais, por promessas individuais de empregos em gabinetes, por um saco de cimento ou até pela luz do seu condomínio particular. A nossa conduta tem que ser pautada no interesse do coletivo* e, para isso, faz-se necessária a compreensão de um outro papel do Cristão, até mais importante do que votar conscientemente: O de acompanhar o mandatário.

A Democracia, sem essa participação, se torna uma via de uma mão só, ou seja, sem o acompanhamento da sociedade, os “maus mandatários” continuarão atuando livremente. A essa atuação cidadã é que damos o nome de “Cidadania Ativa”. E ela pode ser perfeitamente resumida em uma única palavra: Participação. Com esse envolvimento de todos, certamente poderemos, um dia, mudar o ditado popular que encabeça o nosso artigo deste mês para *“Farinha pouca, pouco pirão para todos”*.

<http://www.pime.org.br/missaojovem/mjconsfrafarinha.htm>

Portanto, pode-se confirmar o exposto anteriormente que, mesmo havendo a reescritura da fórmula fixa do provérbio *“Farinha pouca, meu pirão primeiro”*, a proposição relacional continua a ser de causalidade, não sendo possível, como mostra a própria progressão do texto, que se infira uma relação temporal: *“Quando a farinha é pouca, faço o meu pirão primeiro”* ou mesmo condicional: *“Se a farinha é pouca, faço o meu pirão primeiro”*.

Quanto ao texto [XIII], o uso do provérbio se dá no título e se repete por todo o texto, não só para retomar o valor semântico e moralizante da construção *“Faz a fama, deita na cama”*, mas também para alertar sobre o perigo de levá-la a termo para

qualquer situação. Assim, pela paráfrase “*Logo que fizer a fama, deita na cama*”, observa-se uma proposição relacional de temporalidade que aponta para dois processos distintos, que se confirmam no texto: um primeiro, correspondente à unidade de informação **Faz a fama:...***tão logo você receba o carimbo de trabalhador e eficiente...*, e um segundo que corresponde à unidade informacional **Deita na cama: ...***as pessoas já o identificam como alguém de sucesso e você não perderá mais esse status...*, o que se comprova na articulação discursiva do texto seguinte.

[XIII] FAZ A FAMA, DEITA NA CAMA

Adolfo

“*Faz a fama, deita na cama*”. Acho este um dos ditados populares que melhor refletem o Brasil. Mas qual é o real sentido desse ditado. Simples, esse ditado diz de maneira muito clara que: “*é importante trabalhar duro no começo da carreira, e você deve continuar assim até que as pessoas reparem que você trabalha duro e é eficiente. A partir desse momento – ou seja, tão logo você receba o carimbo de trabalhador e eficiente –, você pode relaxar. Não precisa mais se preocupar em trabalhar duro e nem em cumprir metas. Afinal, as pessoas já o identificam como alguém de sucesso e você não perderá mais esse status*”.(...)

O que é a marca de uma empresa? A marca da empresa reflete muito o grau de sucesso e confiança que uma empresa desfruta hoje graças a sucessos obtidos no passado. Inegável que a marca de uma empresa possui muito valor. Contudo, em economias competitivas, as empresas devem, a todo momento, comprovar que a qualidade e confiança obtidas no passado ainda estão presentes em seu produto. Talvez, o exemplo mais importante dos efeitos benéficos da competição seja a Microsoft. Notem que a *Microsoft é líder absoluta no mercado* de sistemas operacionais. *Contudo, ela esta constantemente inovando*, pois sabe que tão logo pare de satisfazer a demanda dos usuários será ultrapassada por alguma de suas concorrentes.

Tal como acontece com empresas, o ditado “*Faz a fama, deita na cama*” só é válido em locais onde a competição entre indivíduos é baixa. Por exemplo, na Fórmula 1, *Michael Schumacher foi sem dúvida o maior piloto de todos os tempos*. Contudo, *tão logo seus reflexos se tornaram mais lentos, ele foi derrotado seguidamente por competidores mais habilidosos. Sua fama de nada lhe valeu em termos de novos títulos mundiais*.

O mesmo vale para executivos de grandes empresas. *Por melhor e mais famosos que sejam, tão logo deixem de cumprir as metas da empresa são inevitavelmente mandados embora.* Um ponto negativo para o Brasil é que aqui o ditado “*Faz a fama, deita na cama*” é extremamente popular. Isso é um indicativo claro de que a economia brasileira está sujeita a um grau muito baixo de competição. De outra maneira, não haveria como esse ditado ser tão popular assim.

Note que, *no Brasil, tão logo uma pessoa receba a alcunha de genial, ela nunca mais perde esse posto.* Mais do que isso, essa alcunha se retroalimenta dela mesma. O cara passa a ser genial, pois é genial. A empresa passa a ser eficiente, pois ela foi eficiente, logo deve continuar sendo eficiente. *Numa economia sujeita a competição, não haveria como essa lenda prosperar, mas numa economia fechada como a brasileira o número de lendas e mitos só tende a crescer.* (...)

<http://bdadolfo.blogspot.com/2007/11/faz-fama-e-deita-na-cama.html>

Logo, neste caso, a relação de temporalidade se confirma por todo o texto, no propósito de questionar a postura que se adota no Brasil, segundo o autor, de perseguir a eficiência até que se encontre reconhecimento e, logo que o consiga, os esforços por melhoria sejam abandonados, provocando uma situação de comodismo.

Já em [XIV], o provérbio “*Longe da vista, longe do coração*” é usado para chamar a atenção do leitor para a tendência de somente haver preocupação com o que está próximo. Por isso, o uso de um subtítulo que aponta para o conteúdo a ser exposto: *Greenpeace faz campanha pela preservação dos mares* faz alusão ao que já fora exposto no provérbio, ou seja, como o mar está distante, tem carecido de cuidados ambientais.

A construção justaposta permite as paráfrases: “*Quando algo está longe dos olhos, está longe do coração*”, “*Se algo está longe dos olhos, está longe do coração*” e “*Porque algo está longe dos olhos, está longe do coração*”. Em um primeiro momento, as duas primeiras parecem ser mais produtivas, porém, quando se passa ao contexto de uso, vê-se que esta última, que apresenta uma proposição causal, é a que prevalece. Isso

pode ser confirmado com os trechos do texto que subentendem as unidades informacionais da construção proverbial: **Longe da vista**: “... *porque não os vemos*” e **Longe do coração**: “*nós não entendemos os problemas ligados à preservação dos oceanos*”, o que se comprova com a leitura do texto [XIV].

**[XIV] LONGE DA VISTA, LONGE DO CORAÇÃO
GREENPEACE FAZ CAMPANHA PELA PRESERVAÇÃO DOS MARES**

Por Roberta Ávila
Planeta Sustentável - 22/08/2008

“(...) *As pessoas pensam que o mar é infinito*, não compreendem que estamos extraindo dele muito mais do que ele pode nos dar”, diz o Almirante Gusmão Câmara, paleontólogo e ambientalista. Para ele, *nós não entendemos os problemas ligados à preservação dos oceanos porque não os vemos*, mas alguns deles são irreversíveis, como os efeitos do aquecimento global, a degradação das áreas costeiras pela ocupação humana e a introdução de espécies exóticas em habitats a que não pertenciam naturalmente.(...)

http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/conteudo_296675.shtml

Portanto, a proposição relacional que emerge do texto anterior é a de causalidade, visto a clara relação de causa e consequência que permeia o texto.

Anteriormente, no caso [X], serviu de título a unidade informacional “*Cabeça vazia*”, constituinte do provérbio “*Cabeça vazia, oficina do diabo*”. No próximo texto, o mesmo recurso foi usado, isto é, há o uso da unidade de informação “*Oficina do diabo*” no título e da construção completa na conclusão, mantendo o seu sentido original.

Este uso de parte da construção original chama a atenção para o que o enunciador quer ressaltar no conteúdo textual, sendo, que, neste caso, o foco da ação discursiva é a parte omitida “*Cabeça vazia*”, visto que o autor ressalta exatamente a importância de se dar atividades esportivas aos jovens. Logo, a paráfrase que se mostra

mais produtiva é a de relação causal: “*Porque a cabeça está vazia, é oficina do diabo*”, pois o título, na verdade, pretende mostrar a consequência da falta de atividades, ou seja, da “cabeça vazia”, conforme se confirma na ação discursiva a seguir.

[XV] OFICINA DO DIABO

por Leó Filho

No próximo domingo, vai ter início os Jogos Abertos do Interior no presidente Médici, em Itabaiana, com 45 cidades participando do evento. Essa competição oportunizará o aparecimento de *jovens talentos escondidos no interior longe da vitrine*. São dez modalidades: atletismo, vôlei, handebol, futebol, futsal, ciclismo, corrida de argola, ginástica, e para turma da boa idade dama e dominó. Dois meses de competições e a exemplo do sub-17, muita gente terminará competindo pelos clubes filiados as Federações. Incrementar o esporte é estimular uma juventude forte e participativa. *Patrocinar o esporte é ter consciência que diminuirão as prisões e as complicações sociais originárias da mente vazia*. Mesmo porque, *cabeça vazia é a grande oficina do diabo*.

<http://paraisotropical.globo.com/Novela/Paraisotropical/0,,AA1573712-8298,00.html>

Assim, o uso didático do provérbio se subentende nos trechos **Mente vazia:** “...*originárias da mente vazia...*” e **Oficina do diabo:** “... *as prisões e as complicações sociais...*”.

Em [XVI], há a re-escritura da fórmula fixa, sem alteração da carga semântica, somente para adaptar o contexto da loja ao da empresa. Como se trata de um provérbio que se aplica na relação patrão-empregado, em uma clara alusão ao comportamento deste na ausência daquele, a proposição relacional que emerge das partes justapostas é a de temporalidade, que se confirma pela paráfrase “*Enquanto/Quando o patrão está fora, os funcionários relaxam no trabalho*”. Tal situação é bem explicitada na charge que se segue.

[XVI] PATRÃO FORA, DIA SANTO NA LOJA

"Patrão fora... dia santo na empresa"

Este é um ditado muito antigo e amplamente conhecido no mundo empresarial. Este patrão não compreendeu ainda os direitos dos trabalhadores...



<http://www.humornanet.com/servlet/sitem?itm=1877&mod=arq&cat=6>

Assim, a relação de temporalidade é evidenciada na própria situação que demonstra a falta de comprometimento do empregado enquanto o patrão estava fora.

No próximo caso, o uso da fórmula fixa no título aponta para o conteúdo que virá a seguir no texto, sem alteração do sentido. A paráfrase *“Porque um rei morre, um outro assume o posto”* mostra a proposição relacional de causalidade, em que a posição inicial da cláusula causal tende a ter uma função discursiva de orientador para o leitor. A unidade informacional **Rei morto** é subentendida em *“A morte de Arafat...”* e **Rei posto** encontra correspondência em *“Depende de Ariel Sharon (...)”*.

[XVII] REI MORTO, REI POSTO

Bruno Kampel, Suécia, 11 de novembro de 2004

A morte de Arafat poderá ser um começo, um fim, ou uma continuação. *Depende de Ariel Sharon*. Há muitos exemplos de países criados artificialmente por força das vitórias militares que anexam e ocupam territórios, que juntam grupos sociais e etnias diferenciadas, onde "convivem" idiomas diversos e religiões antagônicas.(...) A antiga Iugoslávia e o Iraque são dois exemplos claros disso.

Tito e Saddam mantiveram a coesão territorial e o equilíbrio religioso e étnico graças ao terrorismo de estado que utilizaram primeiro, e a um paternalismo militarizado depois. (...) *Com a morte de um (Tito) e a derrocada do outro (Saddam)*, esses dois países virtuais deixaram de sê-lo, transformando-se em tantos países quantos sejam os povos que o habitam, *cada um* com característica religiosa específica; *com líderes particulares*; com objetivos geralmente antagônicos.

No caso iugoslavo surgiram novos países. No caso do Iraque, só saberemos quando finde a guerra. (...)Hoje, *sem Arafat* nem líder que possa substituí-lo, *dependerá única e exclusivamente do pragmatismo que puder explicitar e fazer gala o governo Sharon*, que a morte de Arafat seja o fim de uma era manchada de sangue ou a continuação incrementada da violência atual (...).

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294496.shtml>

Assim, a relação causal que emerge da construção proverbial justaposta “*Rei morto, rei posto*” se confirma na ação discursiva quando são abordadas situações históricas sobre substituições de governos, em que se evidenciam relações de causa e consequência.

No texto seguinte, a proposição que emerge e se confirma no contexto discursivo é a de condicionalidade: “*Se um dia é da caça, o outro é do caçador*”. O texto progride mostrando perdas sofridas pelos favoritos das corridas automobilísticas e as vitórias daqueles que eram considerados “azarões”. Isso se observa nas passagens que correspondem às unidades informacionais **Um dia da caça: ...o campeão da prova deste**

ano, sofreu um fortíssimo acidente... e Outro do caçador: ... Kubica, que ainda não tinha subido ao lugar mais alto do pódio este ano, foi beneficiado....

[XVIII] UM DIA DA CAÇA, OUTRO DO CAÇADOR...

Por: Bruno Pontes

O que acharam do GP do Canadá? Se alguém pensou na palavra "inesperado", pensamos juntos! Esse foi o circuito que posso chamar de o "circuito da redenção". Enquanto *os favoritos sucumbiram ao azar e aos imprevistos, os verdadeiros azarões* em termos estatísticos e não de técnica, entenda-se bem, *foram os grandes nomes de Montreal.*

Kubica, que ainda não tinha subido ao lugar mais alto do pódio este ano, foi beneficiado justamente pelo *azar de um dos favoritos da prova*: ninguém menos que *Lewis Hamilton*, que acertou a traseira de Kimi Raikkonen na saída dos boxes, forçando o abandono de ambos, após Adrian Sutil ter problemas e para o carro na frente dos pilotos citados.

Por ironia, *o campeão da prova deste ano, sofreu um fortíssimo acidente na reta antes do hairpin L'Epingle*, no mesmo grande prêmio, em 2007. Ele capotou e foi retirado do carro pela equipe médica, mas saiu ileso da batida e só teve de passar uma noite em observação em um hospital de Montreal. Foi mesmo a tarde da redenção...

A vitória também foi a primeira da BMW Sauber, que conseguiu uma dobradinha com Heidfeld na segunda posição. David Coulthard, da RBR, muito criticado por erros nesta temporada, fez uma excelente corrida e pegou o terceiro lugar mais alto do pódio. E os brasileiros? É melhor esperarmos o próximo GP...

<http://www.jblog.com.br/formula1.php?itemid=8814>

Dessa forma, mais uma vez é possível observar a importância do contexto e da própria articulação discursiva para revelar a relação hipotática que se dá na construção proverbial justaposta.

O texto [XIX] faz parte do gênero letra de música e é intitulado por um provérbio formado por três unidades informacionais. Entretanto, é possível que se depreenda a relação hipotática entre as duas primeiras e a relação de oposição destas

com a terceira unidade informacional constituinte de “*Um é pouco, dois é bom, três é demais*”, pela força argumentativa que está última assume no contexto de uso. Isso se confirma pela paráfrase “*Se um é pouco, dois é bom, mas três é demais*” e pelo próprio trecho “*quero só saber quem é o cara que eu vi entrar no cinema com você quando eu saí ...*”.

[XIX] UM É POUCO, DOIS É BOM, TRÊS É DEMAIS

Composição: Renato e seus Blue Caps

Acho que você me deve uma explicação
vamos resolver, meu bem, nossa situação
*quero só saber quem é o cara que eu vi
entrar no cinema com você quando eu sai*

O que você está fazendo, não se faz,
um é pouco, dois é bom, três é demais!

Nem queira saber o que eu senti naquela hora,
quis me aproximar, porém, pensei e fui embora
não gosto de briga, nem tão pouco de confusão,
saiba que você feriu o meu coração

O que você está fazendo não se faz,
um é pouco, dois é bom, três é demais!

O que você está fazendo não se faz
um é pouco, dois é bom, três é demais!

<http://www.letras.com.br/renato-e-seus-blue-caps/um-e-pouco-dois-e-bom-tres-e-demais>

Portanto, mostra-se, neste caso, a possibilidade da articulação hipotática - *interdependência* entre as cláusulas, sendo uma cláusula núcleo e uma ou mais

cláusulas margens - , ocorrer juntamente com a parataxe - *independência relativa* entre as cláusulas, em que o vínculo das orações depende apenas do sentido.

No último texto deste *corpus*, exposto a seguir, há ocorrência, no título e na conclusão, da forma cristalizada, com *readaptação* semântica, pois apesar de a forma original do provérbio ter sido preservada, sua aplicação não se dá de forma figurada, visto que os termos *anéis* e os *dedos* estão empregados denotativamente. Não há efeito moralizante neste emprego do provérbio no discurso, mas um efeito de humor e ironia.

A paráfrase “*Embora se percam os anéis, ficam os dedos*” aponta para a proposição concessiva que emerge entre as partes do provérbio.

[XX] VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM OS DEDOS

Quarta-feira, 17 de setembro de 2008

Por Cláudia Ioschpe

Gisele: vão-se os anéis, ficam os dedos

A verdade é essa: *vão-se os anéis e ficam os dedos*!! Eu acredito nisso, e pelo visto a Gisele Bündchen também!!!

Por quê???

Porque a bela marcou para o dia 15 de outubro, na Christie's de Nova York, um leilão onde pretende se desfazer de alguns tesourinhos...

Quais??

Os mimos incluem *um anel de diamantes coloridos* avaliado em 20 mil dólares, um pingente de diamante de 150 mil dólares e mais dois diamantes enormes, que juntos valem cerca de 4 milhões de dólares. E detalhe importante, *as peças foram presentes de Leonardo DiCaprio*.

E mais: A renda será revertida para uma organização que presta ajuda em países africanos que sofrem com a exploração de diamantes.

Tá certa ela, como já disse, *vão-se os anéis, ficam os dedos*!!

<http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp>

Logo, a escolha do provérbio “*Vão-se os anéis, ficam os dedos*” deu-se para abordar uma situação real da venda de anéis e outras jóias, e não figurativamente. Contudo, há correspondência entre as unidades informacionais **Vão-se os anéis**: ... *as peças foram presentes de Leonardo DiCaprio*. e **Ficam os dedos**: *Tá certa ela, como já disse, vão-se os anéis, ficam os dedos!!*, quando associadas ao atual contexto de vida de Gisele Bündchen, que rompeu o namoro com Leonardo DiCaprio e está casada com outra pessoa, ou seja, embora esteja se desfazendo dos anéis, sua vida afetiva está equilibrada.

Portanto, o uso de provérbios apresentou-se produtivo nos casos antes mostrados, pois suas características particulares atendem, perfeitamente, à função discursiva a que foram propostos.

Contudo, este trabalho não se deteve apenas na questão da importância do contexto discursivo para a determinação da proposição relacional que emerge na articulação entre as partes justapostas de uma construção. Sua contribuição vai além, pois se observou, durante a pesquisa, que a articulação hipotática não ocorre apenas entre partes que contenham verbo - como em *aqui se faz, aqui se paga; briga de marido e mulher, não se mete a colher; entra o beber, sai o saber; faz a fama, deita na cama; um é pouco, dois é bom, três é demais* e em *vão-se os anéis, ficam os dedos* -, mas, de forma inovadora ao que se tem feito, entre sintagmas nominais - *alegria de uns, tristeza de outros; amigos, amigos, negócios à parte; azar no jogo, sorte no amor; casa de ferreiro, espeto de pau; casa de ferreiro, espeto de ferro; cabeça vazia, oficina do diabo; farinha pouca, meu pirão primeiro; longe da vista, longe do coração; patrão fora, dia santo na loja; rei morto, rei posto* e em *um dia da caça, outro do caçador*.

Dessa forma, é possível verificar que, em se tratando das construções proverbiais justapostas, a articulação hipotática foi mais frequente entre sintagmas nominais que entre as partes que apresentam verbos, ou seja, entre cláusulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela tradição gramatical, a subordinação adverbial é o processo de combinação que ocorre entre orações que apresentam relação circunstancial entre si, logo, “*são aquelas equivalentes a um advérbio, figurando como adjunto adverbial da oração a que se subordinam*” (Rocha Lima, 1980:246).

Verificou-se, então, que, ainda segundo as gramáticas tradicionais e, até mesmo, algumas análises linguísticas mais recentes, as construções do tipo da prototípica deste trabalho seriam passíveis de serem analisadas como estruturas coordenadas assindéticas, isto é, como “*a comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes,(...) sem a presença de uma conjunção coordenativa*” (Rocha Lima, 1980:230-231), ou ainda como “*um processo de ligação entre unidades da mesma classe ou da mesma função em que o conectivo é dispensado*” (Azeredo, 2002:447-448).

Dessa forma, tais análises somente contemplam o nível da sentença, além de considerarem apenas os casos de orações constituídas de verbos, que não incluem os casos ora analisados. Portanto, o objetivo deste trabalho foi mostrar que tais conceitos não atendem à relação que emerge implicitamente de construções proverbiais justapostas, como a prototípica desta pesquisa: “Casa de ferreiro, espeto de pau”, conforme teoria de Decat (2001:105), havendo necessidade de se considerar a própria ação discursiva em que tais construções estão inseridas para se estabelecer o processo de articulação que se dá nos casos aqui analisados.

O rompimento com a visão dicotômica de coordenação e subordinação pelo *continuum* de Hopper & Traugott (1993:170) possibilitou a adoção do conceito de

hipotaxe como o tipo de articulação existente nas construções em que a relação entre suas unidades informacionais (Chafe, 1988) se dá pelo processo inferencial, ou seja, pela relação circunstancial implícita entre elas.

Encontrou-se, então, na análise Funcionalista quanto à articulação hipotática de cláusulas uma abordagem que atende à relação que emerge entre as unidades de construções como as constantes no *corpus* deste trabalho, o que foi detidamente analisado em 7.2, ainda que posicionamentos contrários possam surgir.

Faz-se necessário, ainda, esclarecer que a opção por construções justapostas deu-se devido ao entendimento de que o valor semântico da proposição relacional (inferência) não se dá pelo uso ou não do conectivo, mas pela relação que se estabelece entre as cláusulas, ou seja, a hipotaxe por justaposição (cf. Decat 2001:134).

Assim, há uma relação inferencial entre os núcleos da construção proverbial, o que remete à própria organização discursiva como um processo de produção- interpretação, nos moldes de Fauconnier (1994): “*a forma linguística fornece as orientações para a interpretação realizada pelo falante/ouvinte, confirmando que o significante é uma pista para a construção de sentido*”. Contudo, ao longo deste trabalho de pesquisa, algumas dúvidas foram sanadas, o que não impediu o surgimento de outras a serem estudadas *a posteriori*.

Sem a pretensão de se ter esgotado o tema proposto, este trabalho se constitui em uma tentativa de avanço nos estudos de base Funcionalista quanto ao comportamento de um gênero textual (provérbios populares) que, além de seu conteúdo moralizante e/ou didático, constitui enunciados de aplicação universal e de uso exclusivamente nas relações sociais, dentro de outros gêneros escritos, apresentados em 7.2, que vão de *blogs* a *charges*, em circulação na Internet.

Por ora, reconhece-se em construções do tipo “Casa de ferreiro, espeto de pau” a hipotaxe adverbial de forma justaposta (inferencial) como o processo pelo qual se dá a combinação entre as unidades que as constituem, entendendo-se que é o seu papel discursivo que irá determinar ou não seu uso em determinada situação e a proposição relacional que delas emerge.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

AZEREDO, José Carlos. *Fundamentos da gramática do português*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BARRETO, Therezinha Maria M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutorado, capítulo 3, p.166-184. Salvador, Faculdade de Letras, UFB, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, ed. Revista e ampliada, 2003.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad: Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CASTILHO, Ataliba de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. *Introdução à linguística cognitiva*. Relatório de Pesquisa. Inédito. São Paulo: FAPESP, 2001.

CARONE, Flávia B. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. São Paulo: Ática, 2002.

CHAFE, Wallace L. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, John & Thompson, Sandra. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John's Benjamin Publishing, 1988, p. 1-27.

CUNHA, Angélica F. da. Funcionalismo. IN: MARTELOTTA, Mário E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 157-176.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. IN: *Scripta* (Linguística e Filologia), v.2, n.4, Belo Horizonte, PUC Minas, 2º sem, 1999, p.23-38.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso: In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento *et alii* (org.). *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

_____. *Restrições de ilhas revisitadas: uma abordagem funcionalista à luz da noção de “unidade de informação”*. Niterói: UFF, v. 21, 2ºsem, 2007, p. 133-146.

DIAS, Maria Carmelita. *Locução pra quê?*. IN: Revista de Estudos Linguísticos Veredas. v. 5, n.9, Juiz de Fora, UFJF, 2002, p. 105 - 116.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FREITAS, Horácio Rolim de. *A obra de Omar Guterres da Silveira*. Rio de Janeiro: Metáfora, 1996.

GONÇALVES, Sebastião Carlos L.; LIMA-HERNADES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (orgs.); RODRIGUES, Angélica T. C. [et al.]. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

<http://www.kabatek.de/discurso/itaparica.pdf>. Acesso em 18 nov. 2007.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold Publishers Ltd., 1985.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E.C. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1994.

JESUS, Izabel T. *Construções condicionais proverbiais: uma visão sociocognitiva*. Revista Alfa. São Paulo: UNESP, v.49, n°.1, p.139-160, 2005.

<http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v49/v49-1/cap8.pdf>

JOLLES, André. *Formas simples: legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste*. Trad: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.

KABATEK, Johannes. *Sobre a historicidade de textos (Zur Historizität von Texten)*, trad: José S. Simões. São Paulo: USP/APLL, 2005.

_____. *Algunas reflexiones sobre las tradiciones discursivas*. <http://www.kabatek.de>, 2004.

KOCH, Ingedore G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Dificuldades na leitura / produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, Ivo & MARTA, Kirst (org.). *Linguística aplicada ao ensino de português*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 83-98, 1992.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 2002.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: J. Benjamins, 1988.

LUFT, Celso Pedro. *Gramática resumida*. 8ª edição. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.
_____. *Moderna gramática brasileira*. 15ª edição. São Paulo: Globo, 2002.

LYSARDO-DIAS, Dylia. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Faculdade de Letras: UFMG, 2001. 276 fl.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, L. A.). **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In DIONÍSIO, A. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MATTHIENSESSEN, C. & THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, John & Thompson, Sandra. (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John's Benjamin Publishing, 1988, p. 275-329.

MOURA NEVES, Maria Helena de. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP: 2000.

_____. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEY, João Luiz Ney. *Guia de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.

OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PINTO RIBEIRO, Manoel. *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Metáfora, 2003.

RIBEIRO, Patrícia Ferreira Neves. *O ethos no colunismo político: entre razão e emoção*. Rio de Janeiro, 2007. 193 fl. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa – UFRJ, Faculdade de Letras.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

RODRIGUES, Violeta V., SANTOS, Evelyn M. & MATOS, Mayara N. “*Recolhe a rede para procurar abrigo*”: *oração reduzida?*. Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF, Volume X, no. 15: Morfossintaxe, 2006. <http://www.filologia.org.br/xcnlf/15/11.htm>

_____. Correlação. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues & BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

SEILER, Friedrich. *Estudos sobre o provérbio alemão*. Back'sche Verlagsbuchhandlung, Munique, 1922.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da. *Pragmática: a ordem dêitica do discurso*. Rio de Janeiro: Enelivros, 2005.

SOUZA, Josué Rodrigues (org.). *Provérbios & máximas: coletânea de provérbios, máximas, sentenças e aforismos em 7 idiomas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WARREN, Beatrice. *A model of idiomaticity*. Suécia: Lund University, Departamento de Língua Inglesa, p.2, 2008.

ANEXOS

Anexo 1

SIGNIFICADO DOS PROVÉRBIOS

[I] ALEGRIA DE UNS, TRISTEZA DE OUTROS

O mesmo fato que traz alegria para uns, traz tristeza para outros.

[II] AMIGOS, AMIGOS, NEGÓCIOS À PARTE

Misturar amizade e negócios não é uma boa opção.

[III] AQUI SE FAZ, AQUI SE PAGA

Para toda atitude errada, há uma consequência.

[IV] AZAR NO JOGO, SORTE NO AMOR

É difícil harmonizar a vida afetiva e a vida financeira.

[V] BRIGA DE MARIDO E MULHER, NÃO SE METE A COLHER

É dever do próprio casal resolver as suas diferenças entre si.

[VI] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

As coisas costumam faltar precisamente onde deveriam existir em abundância.

[VII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

As coisas costumam faltar precisamente onde deveriam existir em abundância.

[VIII] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

Não é admissível que falte coisas básicas onde estas deveriam existir em abundância.

[IX] CASA DE FERREIRO, ESPETO DE FERRO

Não é admissível que falte coisas básicas onde estas deveriam existir em abundância.

[X] CABEÇA VAZIA (CABEÇA VAZIA, OFICINA DO DIABO)

A falta de atividades saudáveis leva o homem a cometer atos reprováveis.

[XI] ENTRA O BEBER, SAI O SABER

A bebida, além de revelar a verdadeira personalidade do homem, embota-lhe a razão.

[XII] FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO

Em situações de escassez, cada um quer defender o seu interesse primeiro.

[XIII] FAZ A FAMA, DEITA NA CAMA

Viver de uma fama que alguém constrói para si mesmo.

[XIV] LONGE DA VISTA, LONGE DO CORAÇÃO

As desgraças que ocorrem à distância não nos comovem.

[XV] OFICINA DO DIABO (CABEÇA VAZIA, OFICINA DO DIABO)

A falta de atividades saudáveis leva o homem a cometer atos reprováveis.

[XVI] PATRÃO FORA, DIA SANTO NA LOJA

É a presença do patrão que garante bom andamento ao trabalho.

[XVII] REI MORTO, REI POSTO

Se alguém perde a autoridade sobre uma situação, é necessário que outro assuma tais responsabilidades.

[XVIII] UM DIA DA CAÇA, OUTRO DO CAÇADOR...

Perder e ganhar são processos que ocorrem em alternância.

[XIX] UM É POUCO, DOIS É BOM, TRÊS É DEMAIS

Há uma boa medida para tudo.

[XX] VÃO-SE OS ANÉIS, FICAM OS DEDOS

Mesmo quando há perdas, é possível recomeçar.

Anexo 2

PESQUISA COM JOVENS SOBRE O USO DE PROVÉRBIOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)